

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	18
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	81
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	83

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	601.927.311
Preferenciais	0
Total	601.927.311
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	6.295.903	5.699.580
1.01	Ativo Circulante	916.375	395.192
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	68	35.056
1.01.02	Aplicações Financeiras	899.803	352.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	899.803	352.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.074	8.045
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	16.074	8.045
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	16.074	8.045
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	430	91
1.01.08.03	Outros	430	91
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	368	0
1.01.08.03.03	Outros ativos	62	91
1.02	Ativo Não Circulante	5.379.528	5.304.388
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.680	975
1.02.01.07	Tributos Diferidos	6.668	966
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12	9
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	12	0
1.02.01.10.06	Outros ativos	0	9
1.02.02	Investimentos	5.370.186	5.300.840
1.02.02.01	Participações Societárias	5.370.186	5.300.840
1.02.03	Imobilizado	1.966	2.460
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.966	2.460
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	1.966	2.460
1.02.04	Intangível	696	113
1.02.04.01	Intangíveis	696	113
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	696	113

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	6.295.903	5.699.580
2.01	Passivo Circulante	40.727	47.477
2.01.02	Fornecedores	907	598
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	907	598
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.927	479
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.927	479
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	2.927	479
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.016	40.062
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.842	1.033
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.842	1.033
2.01.04.02	Debêntures	7.174	39.029
2.01.05	Outras Obrigações	19.254	6.338
2.01.05.02	Outros	19.254	6.338
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	147	147
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	3.496	4.706
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	15.611	1.485
2.01.06	Provisões	623	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	623	0
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	623	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.853.593	1.260.925
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.830.393	1.258.481
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	767.086	201.364
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	767.086	201.364
2.02.01.02	Debêntures	1.063.307	1.057.117
2.02.02	Outras Obrigações	23.200	2.444
2.02.02.02	Outros	23.200	2.444
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	21.980	998
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	766	1.166
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	454	280
2.03	Patrimônio Líquido	4.401.583	4.391.178
2.03.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958
2.03.01.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958
2.03.02	Reservas de Capital	1.259.346	1.259.106
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.628	1.388
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375
2.03.02.08	Custo na emissão de ações	-18.230	-18.230
2.03.02.09	Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678
2.03.02.10	Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada	-30.957	-30.957
2.03.02.11	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
2.03.04	Reservas de Lucros	1.090.752	1.090.752
2.03.04.01	Reserva Legal	31.022	31.022
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	74.671	74.671
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	985.059	985.059
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	26.837	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-172.310	-155.638
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-109.365	-96.456
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	-31.668	-39.603
2.03.08.05	Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	23.788	23.788
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	77.728	78.343
2.03.08.07	Hedge de fluxo de caixa	-12.969	-1.886

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	53.696	57.097
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.548	-4.637
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-60	-390
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	61.304	62.124
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	53.696	57.097
3.06	Resultado Financeiro	-39.755	-20.022
3.06.01	Receitas Financeiras	25.416	4.681
3.06.02	Despesas Financeiras	-65.171	-24.703
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	13.941	37.075
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7	0
3.08.02	Diferido	-7	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.934	37.075
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.934	37.075
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,02315	0,07534
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,02266	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	13.934	37.075
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.763	3.536
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	12.009	0
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	-16.792	5.357
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	5.709	-1.821
4.02.04	Opção de recompra de participação acionária	-615	0
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-4.074	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.171	40.611

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-609.864	-76.270
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-10.114	-1.566
6.01.01.01	Lucro líquido do período	13.934	37.075
6.01.01.02	Depreciação e amortização	6.211	0
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	18.321	114
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	623	0
6.01.01.06	Tributos e contribuições sociais diferidos	7	0
6.01.01.07	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	44.293	24.583
6.01.01.08	Juros sobre passivo de arrendamento	57	0
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-26.629	-1.214
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	-67.171	-62.124
6.01.01.11	Ações e opções de ações outorgadas	240	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.238	-834
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	-2.990	-838
6.01.02.03	Outros créditos	38	1.065
6.01.02.04	Fornecedores	309	-1.335
6.01.02.07	Outras obrigações	1.405	-487
6.01.02.08	Outros tributos a pagar	0	761
6.01.03	Outros	-598.512	-73.870
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	-72.242	-16.156
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-57	0
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	-528.392	-57.739
6.01.03.07	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	2.179	25
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.690	-200.615
6.02.01	Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	0	-200.000
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-583	0
6.02.03	Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	-727	-615
6.02.05	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	-380	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	576.566	442.363
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	578.142	1.100.000
6.03.02	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	0	-7.637
6.03.04	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-1.327	-650.000
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-6	0
6.03.09	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-243	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-34.988	165.478
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	35.056	61.258
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	68	226.736

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	240	0	-6	0	234
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.934	-3.763	10.171
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.934	0	13.934
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.763	-3.763
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	12.909	-12.909	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.259.346	1.090.752	26.837	-172.310	4.401.583

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	255	0	0	0	255
5.04.08	Remuneração com base em ações	0	255	0	0	0	255
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.075	3.536	40.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.075	0	37.075
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.536	3.536
5.05.02.06	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	0	0	0	0	5.357	5.357
5.05.02.07	Efeito reflexo sobre Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-1.821	-1.821
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	13.744	-13.744	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	20.824	-20.824	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-7.080	7.080	0
5.07	Saldos Finais	2.116.001	321.724	939.168	50.819	-163.771	3.263.941

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.220	-1.469
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-18	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.151	-1.077
7.02.04	Outros	-51	-392
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-51	-392
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.220	-1.469
7.04	Retenções	-343	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-343	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.563	-1.469
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	87.958	67.033
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	61.304	62.124
7.06.02	Receitas Financeiras	26.654	4.909
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	85.395	65.564
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	85.395	65.564
7.08.01	Pessoal	4.084	2.956
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.022	1.851
7.08.01.02	Benefícios	2.054	1.113
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	-8
7.08.01.04	Outros	8	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.196	830
7.08.02.01	Federais	2.196	830
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	65.181	24.703
7.08.03.01	Juros	65.171	24.703
7.08.03.02	Aluguéis	10	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.934	37.075
7.08.04.02	Dividendos	6	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.928	37.075

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	20.021.297	18.932.446
1.01	Ativo Circulante	5.033.325	4.778.502
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	37.793	195.872
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.908.692	3.587.700
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.908.692	3.587.700
1.01.03	Contas a Receber	347.996	335.767
1.01.03.01	Clientes	347.996	335.767
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	347.996	335.767
1.01.06	Tributos a Recuperar	143.783	101.081
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	143.783	101.081
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	139.078	94.268
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	4.705	6.813
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	595.061	558.082
1.01.08.03	Outros	595.061	558.082
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	288.256	287.185
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	84.984	69.256
1.01.08.03.03	Outros ativos	200.979	180.567
1.01.08.03.04	Conta de ressarcimento	20.842	21.074
1.02	Ativo Não Circulante	14.987.972	14.153.944
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	541.945	511.750
1.02.01.07	Tributos Diferidos	128.569	129.287
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	413.376	382.463
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	342.553	327.836
1.02.01.10.05	Conta de ressarcimento	4.736	4.157
1.02.01.10.06	Outros ativos	46.389	49.885
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	19.698	585
1.02.02	Investimentos	108.301	107.539
1.02.02.01	Participações Societárias	108.301	107.539
1.02.03	Imobilizado	12.006.798	11.173.804
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.725.903	7.520.455
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	7.723.804	7.518.356
1.02.03.01.02	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	153.038	156.347
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	145.000	147.893
1.02.03.02.02	Direito de uso de sede administrativa	8.038	8.454
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.127.857	3.497.002
1.02.04	Intangível	2.330.928	2.360.851
1.02.04.01	Intangíveis	2.330.928	2.360.851
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	19.509	20.031
1.02.04.01.03	Intangível Gerado na Aquisição de Investimentos	1.406.286	1.420.253
1.02.04.01.04	Extensão de concessão	792.655	813.789
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	112.478	106.778

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	20.021.297	18.932.446
2.01	Passivo Circulante	1.797.875	1.840.305
2.01.02	Fornecedores	293.744	259.324
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	293.744	259.324
2.01.03	Obrigações Fiscais	79.393	66.356
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	79.393	66.356
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	20.670	17.798
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	58.723	48.558
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	765.984	877.133
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	241.131	325.763
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	231.289	321.106
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.842	4.657
2.01.04.02	Debêntures	524.853	551.370
2.01.05	Outras Obrigações	633.001	613.994
2.01.05.02	Outros	633.001	613.994
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	286	286
2.01.05.02.04	Encargos Setoriais	22.183	14.255
2.01.05.02.05	Obrigações de aquisições	173.354	137.954
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	53.407	75.080
2.01.05.02.07	Conta de ressarcimento	290.952	298.257
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	92.819	88.162
2.01.06	Provisões	25.753	23.498
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.753	23.498
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	25.753	23.498
2.02	Passivo Não Circulante	12.695.930	11.518.346
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.080.543	10.017.897
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.554.912	3.986.020
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.488.487	2.458.594
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.066.425	1.527.426
2.02.01.02	Debêntures	6.525.631	6.031.877
2.02.02	Outras Obrigações	1.396.347	1.287.078
2.02.02.02	Outros	1.396.347	1.287.078
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	264.827	218.731
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	168.342	171.712
2.02.02.02.05	Obrigações com benefícios Pós-Emprego	113.579	110.690
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	242.458	244.445
2.02.02.02.08	Conta de ressarcimento	532.210	433.363
2.02.02.02.09	Obrigações de aquisições	74.931	108.137
2.02.03	Tributos Diferidos	152.069	141.421
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	152.069	141.421
2.02.04	Provisões	66.971	71.950
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	66.971	71.950
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	66.971	71.950
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.527.492	5.573.795
2.03.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.03.01.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958
2.03.02	Reservas de Capital	1.259.346	1.259.106
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.628	1.388
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375
2.03.02.08	Custo na emissão de ações	-18.230	-18.230
2.03.02.09	Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678
2.03.02.10	Capitalização do ágio	-30.957	-30.957
2.03.02.11	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
2.03.04	Reservas de Lucros	1.090.752	1.090.752
2.03.04.01	Reserva Legal	31.022	31.022
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	74.671	74.671
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	985.059	985.059
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	26.837	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-172.310	-155.638
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-109.365	-96.456
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	-31.668	-39.603
2.03.08.05	Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	23.788	23.788
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	77.728	78.343
2.03.08.07	Hedge de fluxo de caixa	-12.969	-1.886
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.125.909	1.182.617

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	786.263	676.820
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-485.230	-449.679
3.03	Resultado Bruto	301.033	227.141
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-57.787	-53.990
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-49.952	-50.919
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-8.597	-1.191
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	762	-1.880
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	243.246	173.151
3.06	Resultado Financeiro	-144.754	-94.959
3.06.01	Receitas Financeiras	150.376	81.930
3.06.02	Despesas Financeiras	-295.130	-176.889
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	98.492	78.192
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.117	-7.269
3.08.01	Corrente	-25.116	-21.970
3.08.02	Diferido	-13.001	14.701
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	60.375	70.923
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	60.375	70.923
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.934	37.075
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	46.441	33.848
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,02315	0,07534
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,02266	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	60.375	70.923
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.696	3.607
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	0	71
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	-4.716	5.357
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	1.635	-1.821
4.02.04	Opção de recompra de participação acionária	-615	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	56.679	74.530
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.171	40.611
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	46.508	33.919

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2023 à 31/03/2023	Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	46.173	-752.818
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	280.040	239.864
6.01.01.01	Lucro líquido do período	60.375	70.923
6.01.01.02	Depreciação e amortização	154.466	126.741
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	-21.423	4.524
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	725	-47
6.01.01.05	Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	3.170	3.042
6.01.01.06	Tributos e contribuições sociais diferidos	13.001	-14.697
6.01.01.07	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	209.701	104.303
6.01.01.08	Juros sobre passivo de arrendamento	3.560	2.197
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-138.339	-42.553
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	-762	1.880
6.01.01.11	Ações e opções de ações outorgadas	240	255
6.01.01.12	Baixa de bens do ativo	4.611	-770
6.01.01.13	Marcação a mercado de derivativos	-9.285	-15.934
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	121.861	-41.620
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-12.229	65.304
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	6.025	10.068
6.01.02.03	Outros créditos	-14.750	-38.976
6.01.02.04	Fornecedores	25.831	-143.867
6.01.02.05	Imposto de renda e contribuição social a pagar	27.988	-3.681
6.01.02.06	Conta de ressarcimento passivo	97.676	63.547
6.01.02.07	Outras obrigações	-8.680	-9.955
6.01.02.08	Outros tributos a pagar	0	12.090
6.01.02.09	Encargos setoriais	0	4.964
6.01.02.10	Contas a pagar a partes relacionadas	0	-1.114
6.01.03	Outros	-355.728	-951.062
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	-106.233	-57.862
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-3.515	-2.197
6.01.03.03	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-53.588	-63.608
6.01.03.04	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-281	0
6.01.03.05	Pagamento de processos judiciais e outros	-1.067	-243
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	-277.865	-847.852
6.01.03.07	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	86.821	20.700
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-970.424	-428.580
6.02.01	Liquidação de instrumento derivativo	0	-3.953
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-962.992	-390.980
6.02.04	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	-5.580	0
6.02.05	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	-1.852	-33.647
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	766.172	829.700
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	1.015.132	1.100.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.03.02	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-2.678	-9.991
6.03.04	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-134.005	-661.870
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-6	0
6.03.06	Redução de capital em controladas	-103.216	0
6.03.07	Aumento de capital	0	239.751
6.03.08	Reservas de capital	0	163.709
6.03.09	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-3.695	-1.899
6.03.11	(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de financiamento	-5.360	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-158.079	-351.698
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	195.872	657.043
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	37.793	305.345

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178	1.182.617	5.573.795
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178	1.182.617	5.573.795
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	240	0	-6	0	234	-103.216	-102.982
5.04.08	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	0	0	-6	0	-6	0	-6
5.04.09	Redução de capital em controladas	0	0	0	0	0	0	-103.216	-103.216
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	240	0	0	0	240	0	240
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.934	-3.763	10.171	46.508	56.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.934	0	13.934	46.441	60.375
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.763	-3.763	67	-3.696
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	12.909	-12.909	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.259.346	1.090.752	26.837	-172.310	4.401.583	1.125.909	5.527.492

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075	811.161	4.034.236
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075	811.161	4.034.236
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	255	0	0	0	255	403.460	403.715
5.04.08	Remuneração com base em ações	0	255	0	0	0	255	0	255
5.04.09	Reservas de capital	0	0	0	0	0	0	163.709	163.709
5.04.10	Aumento de capital	0	0	0	0	0	0	239.751	239.751
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.075	3.536	40.611	33.919	74.530
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.075	0	37.075	33.848	70.923
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.536	3.536	71	3.607
5.05.02.06	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	0	0	0	0	5.357	5.357	71	5.428
5.05.02.07	Efeito reflexo sobre Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-1.821	-1.821	0	-1.821
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	13.744	-13.744	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	20.824	-20.824	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-7.080	7.080	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.116.001	321.724	939.168	50.819	-163.771	3.263.941	1.248.540	4.512.481

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

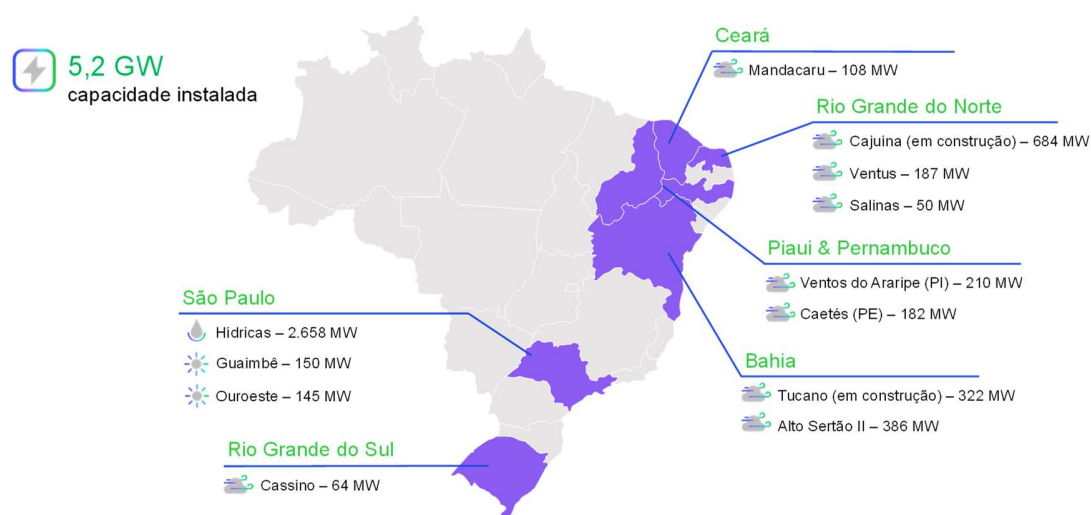
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	1.901.714	1.215.311
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	914.433	770.438
7.01.02	Outras Receitas	29.949	1.419
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	957.332	443.454
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.302.254	-804.546
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-550.153	-273.268
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-722.594	-485.196
7.02.04	Outros	-29.507	-46.082
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-29.507	-46.082
7.03	Valor Adicionado Bruto	599.460	410.765
7.04	Retenções	-157.197	-142.645
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-157.197	-142.645
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	442.263	268.120
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	158.891	82.245
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	762	-1.880
7.06.02	Receitas Financeiras	158.129	84.125
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	601.154	350.365
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	601.154	350.365
7.08.01	Pessoal	48.338	38.362
7.08.01.01	Remuneração Direta	37.046	31.066
7.08.01.02	Benefícios	7.617	4.548
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.215	925
7.08.01.04	Outros	1.460	1.823
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	200.897	88.544
7.08.02.01	Federais	145.039	77.526
7.08.02.02	Estaduais	55.686	10.939
7.08.02.03	Municipais	172	79
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	291.544	152.536
7.08.03.01	Juros	296.267	151.801
7.08.03.02	Aluguéis	-4.723	735
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	60.375	70.923
7.08.04.02	Dividendos	6	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.928	37.075
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	46.441	33.848

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – AES BRASIL

PERFIL CORPORATIVO

AES Brasil investe há mais de 20 anos no Brasil e é uma **geradora de energia elétrica 100% renovável**. Possui portfólio diversificado, **capacidade instalada de 4,2 GW em operação e mais de 1,0 GW em construção** (Tucano e Cajuína), totalizando 5,2 GW de capacidade instalada exclusivamente renovável.



Comentário do Desempenho

PORTFÓLIO

FONTE EÓLICA

Complexos Eólicos	O&M	% AES Brasil	Entrada em operação	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física MME (Bruta, MWm)	MWm Contratado	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA (R\$/MWh) ¹	Fim da Autoriz.
OPERAÇÃO				1.187,5	540,3	533,1				
Alto Sertão II - BA				386,1	181,3	177,1	-	-	-	-
LER 2010	OSA	100%	2014	167,7	83,2	73,5	set/13	ago/33	249,02	2046
LEN 2011	OSA	100%	2015	218,4	98,1	103,6	jan/16	dez/35	195,76	2047
Ventus - RN				187,0	65,8	58,3	-	-	-	-
LER 2009	FSA	100%	2014	187,0	65,8	58,3	jul/12	jun/32	326,51	2045
Mandacaru e Salinas - CE/RN				158,5	64,3	68,4	-	-	-	-
LER 2009	Interno	100%	2014	94,5	39,1	37,0	jul/12	jun/32	324,98	2045
LEN 2011	Interno	100%	2014	64,0	25,2	31,4	jan/16	dez/35	209,33	2047
Novos Ativos - PI/PE/RS				455,9	228,9	229,4	-	-	-	-
Ventos do Araripe - LER 13	Interno	100%	2015	210,0	110,0	108,3	jan/13	dez/32	188,59	2049
Caetés - LER 13	OSA	100%	2016	181,9	94,7	94,7	jan/13	dez/32	198,90	2049
Cassino - LFA 10	FSA	100%	2015	64,0	24,2	26,4	jan/13	dez/32	282,58	2046
CONSTRUÇÃO				1.006,4	497,4	432,0				
Tucano		-	-	322,4	147,1	130,0	-	-	-	-
PPA Unipar I (autoprodução)	FSA	50%	1523e	155,0	71,5	60,0	jan/23	dez/42	-	2055
PPA Anglo	FSA	100%	1523e	167,4	75,6	70,0	jan/22	dez/36	-	2055
Cajuína		-	-	684,0	350,3	302,0	-	-	-	-
PPA Minasligas	-	100%	2023e	45,6	22,9	21,0	jan/23	dez/42	-	2055
PPA Ferbasa	-	100%	2023e	165,3	83,7	80,0	jan/24	dez/43	-	2055
PPA Copel	-	100%	2023e	11,4	6,1	4,0	jan/23	dez/35	-	2055
PPA BRF (autoprodução)	-	76%	2023e	165,3	84,5	80,0	jan/24	dez/38	-	2055
PPA Unipar III (autoprodução)	-	90%	2023e	91,2	44,2	40,0	jan/24	dez/43	-	2055
Novo PPA	-	100%	2024e	153,9	79,7	77,0	jul/24	jul/39	-	2055
Capacidade Adicional ²	-	-	-	51,3	29,2	-	-	-	-	-
PIPELINE				999,5						
Tucano - BA	-	-	-	260,0	-	-	-	-	-	-
Cajuína - RN	-	-	-	739,5	-	-	-	-	-	-

FONTE SOLAR

Complexos Solares	O&M	% AES Brasil	Entrada em operação	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física MME (Bruta, MWm)	MWm Contratado	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA (R\$/MWh) ¹	Fim da Autoriz.
OPERAÇÃO				295,1	65,2	65,2				
Guaimbê – SP	-	-	-	150,0	29,5	29,5	-	-	-	-
LER 2014	Interno	-	2018	150,0	29,5	29,5	out/17	set/37	347,86	2050
Ouroeste – SP	-	-	-	145,1	35,8	35,7	-	-	-	-
Boa Hora – LER 2015	Interno	100%	2019	69,1	15,9	15,9	nov/18	out/38	420,07	2051
Água Vermelha – LEN 2017	Interno	100%	2019	76,0	19,9	19,9	jan/21	dez/40	191,89	2053
PIPELINE				683,0						
Solar Arinos - MG	-	-	-	378,0	-	-	-	-	-	-
AGV VII - SP	-	-	-	33,0	-	-	-	-	-	-
Projetos Solares Híbridos - RN e BA	-	-	-	272,0	-	-	-	-	-	-

Comentário do Desempenho

Fonte Hídrica

Usinas Hidrelétricas	Localização (Estado)	Bacia Hidrográfica	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física (Bruta, MWm)	Vencimento da Concessão
Água Vermelha	SP	Rio Grande	1.396,2	694,5	ago/32
Bariri	SP	Tietê	143,1	59,6	jul/32
Barra Bonita	SP	Tietê	140,8	46,7	mai/32
Caconde	SP	Rio Grande	80,4	32,5	mai/32
Euclides da Cunha	SP	Rio Grande	108,8	47,1	jun/32
Ibitinga	SP	Tietê	131,5	66,8	ago/32
Limoeiro	SP	Rio Grande	32,0	14,3	jul/32
Nova Avanhandava	SP	Tietê	347,4	125,5	mai/32
Promissão	SP	Tietê	264,0	93,9	set/32
PCH Mogi	SP	Mogi Guaçu	7,2	4,0	jul/32
PCH S. Joaquim	SP	Mogi Guaçu	3,0	1,3	jun/36
PCH S. José	SP	Mogi Guaçu	4,0	1,6	jun/36
Total Portfólio Hídrico			2.658,4	1.187,8	

DESEMPENHO OPERACIONAL

GERAÇÃO CONSOLIDADA

Geração (GWh)	1T22	1T23	Var
TOTAL	3.237,6	4.566,3	41,0%
Hídricas	2.676,0	3.456,5	29,2%
Eólicas	408,0	964,9	136,5%
Solares	153,7	144,9	-5,7%

GERAÇÃO HÍDRICA

Estrutura do Sistema

A receita decorrente da geração hídrica está relacionada à estratégia de alocação de energia adotada pela Companhia, e não diretamente ao seu volume de geração, uma vez que as hidrelétricas fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), mecanismo financeiro de compartilhamento do risco hidrológico.

As usinas da AES Brasil representam aproximadamente 2% de toda a garantia física hídrica que compõe o MRE. Neste contexto, os resultados decorrentes da geração hidrelétrica não estão relacionados puramente ao volume de geração da Companhia, mas sim ao desempenho de todo o conjunto de usinas pertencentes a este mecanismo, de forma proporcional à representatividade de cada agente neste sistema.

O despacho das usinas hidrelétricas pertencentes ao MRE é determinado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e foi maior no 1T23, em decorrência dos níveis de reservatórios mais altos no período.

Comentário do Desempenho

Desempenho AES Brasil

O volume total de energia bruta gerada pelas usinas hidrelétricas da AES Brasil atingiu **3.456,5 GWh no 1T23**, 29,2% acima do 1T22, reflexo da maior afluência (104,9% da MLT¹ no SIN no 1T23 vs. 109,9% no 1T22) e recuperação dos reservatórios do sistema para níveis acima da média dos últimos 10 anos (nível dos reservatórios no SIN: 85,3% ao final de março de 2023 vs. 69,9% ao final de março de 2022).

De acordo com dados do ONS, a carga de energia do SIN atingiu 73,6 GWm ao final do 1T23, ligeira redução na comparação entre períodos (-0,3 p.p.), em decorrência de temperaturas mais amenas aliadas ao impacto da desaceleração macroeconômica da demanda por energia elétrica.

Como consequência, o GSF médio foi de 101,2% no 1T23, vs. 95,7% no 1T22. Adicionalmente, o **Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)** para o submercado SE/CO manteve-se no limite inferior estabelecido pela ANEEL para 2023 (R\$ 69,04/MWh).

No caso das usinas participantes do MRE, o principal balizador do desempenho operacional é o **índice de disponibilidade**². As usinas hidrelétricas da AES Brasil apresentaram disponibilidade média de 90,9% no 1T23 e 97,9% no 1T22, refletindo o cronograma de manutenções periódicas (acordado com o ONS).

GERAÇÃO EÓLICA

A geração eólica bruta foi de **964,9 GWh no 1T23**, **136,5% acima da geração do 1T22 (408,0 GWh)**. O expressivo aumento é explicado, principalmente, pela geração dos 3 complexos eólicos adquiridos em novembro de 2022 (Ventos do Araripe, Caetés e Cassino) que, juntos, contribuíram com uma geração bruta de 357,0 GWh, e pela geração de 102,9 GWh referente aos primeiros aerogeradores de Tucano, que iniciou suas operações de forma faseada. Além disso, os ativos da AES Brasil apresentaram, combinados, crescimento de 0,3 p.p. no índice de disponibilidade e aumento de 4,4% na velocidade média dos ventos em todos os Complexos.

GERAÇÃO SOLAR

Os complexos solares registraram **geração bruta de 144,9 GWh no 1T23**, 5,7% menor se comparado ao 1T23 (153,7 GWh), decorrente da menor irradiância nas áreas onde estão localizados os ativos da Companhia, reflexo do aumento das chuvas na região, e da menor disponibilidade consolidada dos ativos no período (-1,0 p.p.), devido à incidência de eventos não recorrentes e não previstos, como a interrupção de equipamentos pela incidência de raio.

¹ Média de Longo Termo

² Indicador que considera a disponibilidade das Unidades Geradoras (UGs), estando ela conectada ao sistema ou parada disponível. Verifica o tempo (em horas) que a UG está disponível e a qualidade da disponibilidade

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

AES Brasil Consolidado - R\$ mil	1T23	1T22	Var
Receita operacional líquida	786.263	676.820	16,2%
Custo com energia	(226.414)	(245.173)	-7,7%
Margem Operacional	559.849	431.647	29,7%
Custos Operacionais	(105.514)	(81.144)	30,0%
Despesas Gerais e administrativas	(47.484)	(48.702)	-2,5%
Outras (despesas) receitas operacionais	(8.597)	(1.191)	621,8%
Custos & Despesas	(161.595)	(131.037)	23,3%
Depreciação e Amortização	(155.770)	(125.579)	24,0%
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	(317.365)	(256.616)	23,7%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	242.484	175.031	38,5%
Receitas financeiras	150.376	81.930	83,5%
Despesas financeiras	(295.130)	(176.889)	66,8%
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(144.754)	(94.959)	52,4%
Resultado de equivalência patrimonial	762	(1.880)	-140,5%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	98.492	78.192	26,0%
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(38.117)	(7.269)	424,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	60.375	70.923	-14,9%

RECEITA E MARGEM LÍQUIDA

A receita operacional líquida totalizou R\$ 786.263 mil no 1T23, aumento de 16,2% em comparação ao 1T22. A **margem operacional líquida³ totalizou R\$ 559.849 mil no 1T23**, incremento de 29,7% vs. o 1T22, refletindo:

- **Hídrica:** + R\$ 10,8 milhões, reflexo do menor volume de energia comprada no 1T23, aliado ao aumento de 11,0% no preço médio de venda entre os períodos, refletindo a gestão ativa do portfólio em um cenário hidrológico favorável.
- **Eólica:** + R\$ 107,8 milhões, reflexo, principalmente: (i) da aquisição dos Complexos Eólicos Ventos do Araripe, Caetés e Cassino, que passaram a compor os resultados da Companhia em dezembro de 2022; (ii) da operação comercial dos primeiros aerogeradores do Complexo Eólico Tucano; (iii) do aumento da disponibilidade média de todos os ativos; (iv) do efeito do melhor regime de ventos; e (v) da contabilização de R\$ 26,4 milhões referente à compensação por atraso das obras do Complexo Eólico Tucano, prevista no contrato de fornecimento dos equipamentos.
- **Comercialização:** a AES Comercializadora, cuja atividade iniciou-se no 2S22, adicionou R\$ 8,5 milhões à margem líquida no 1T23, refletindo a estratégia comercial da Companhia.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas gerais e administrativas (ex-depreciação e amortização) somaram R\$ 161.595 mil no 1T23, contra R\$ 131.037 mil no mesmo período de 2022. Além do impacto da inflação entre os períodos, a

³ Receita líquida menos compra de energia para revenda, taxas e encargos setoriais.

Comentário do Desempenho

evolução é explicada, sobretudo, pelas despesas de O&M dos novos ativos adquiridos em dezembro de 2022 (Complexos Ventos do Araripe, Caetés e Cassino) e pelo início das operações do Complexo Eólico Tucano.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrado no 1T23 foi negativo em R\$ 144.754 mil, vs. o montante negativo de R\$ 94.959 mil reportados no 1T22.

As receitas financeiras somaram R\$ 150.376 mil no 1T23 (vs. R\$ 81.930 mil no 1T22). O aumento pode ser explicado, principalmente, pelo crescimento nos **rendimentos de aplicações financeiras**, reflexo da melhor estratégia de alocação dos recursos disponíveis para aplicação, da maior taxa média de rentabilidade e do maior saldo médio de caixa entre os períodos.

As despesas financeiras somaram R\$ 295.130 mil no 1T23 (vs. R\$ 176.889 mil no 1T22). O aumento na comparação de ambos os períodos ocorre, principalmente, em decorrência do maior saldo de dívida entre períodos e pelo maior custo CDI dos últimos 12 meses.

LUCRO LÍQUIDO

Em função dos fatores mencionados acima, o lucro líquido foi de R\$ 60.375 mil vs. R\$ 70.923 mil no 1T22.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	68	35.056	37.793	195.872
Investimentos de curto prazo	3	899.803	352.000	3.908.692	3.587.700
Contas a receber de clientes	4	—	—	347.996	335.767
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	16.074	8.045	139.078	94.268
Outros tributos a recuperar	5	—	—	4.705	6.813
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	—	—	84.984	69.256
Cauções e depósitos vinculados	7	368	—	288.256	287.185
Conta de ressarcimento	8	—	—	20.842	21.074
Outros ativos	9	62	91	200.979	180.567
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		916.375	395.192	5.033.325	4.778.502
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Tributos diferidos	6	6.668	966	128.569	129.287
Cauções e depósitos vinculados	7	12	—	342.553	327.836
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	—	—	19.698	585
Conta de ressarcimento	8	—	—	4.736	4.157
Outros ativos	9	—	9	46.389	49.885
Investimentos em controladas e joint ventures	10	5.370.186	5.300.840	108.301	107.539
Imobilizado, líquido	11	1.966	2.460	12.006.798	11.173.804
Intangível, líquido	12	696	113	2.330.928	2.360.851
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.379.528	5.304.388	14.987.972	14.153.944
TOTAL DO ATIVO		6.295.903	5.699.580	20.021.297	18.932.446

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	13	907	598	293.744	267.913
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	17.016	40.062	765.984	877.133
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	—	—	20.670	17.798
Outros tributos a pagar	14	2.927	479	58.723	48.558
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		147	147	286	286
Provisões para processos judiciais e outros	18	623	—	25.753	23.498
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	15.611	1.485	92.819	88.162
Encargos setoriais	19	—	—	22.183	14.255
Obrigações de aquisições	20	—	—	173.354	137.954
Conta de ressarcimento	8	—	—	290.952	298.257
Outras obrigações	21	3.496	4.706	53.407	66.491
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		40.727	47.477	1.797.875	1.840.305
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.830.393	1.258.481	11.080.543	10.017.897
Passivo de arrendamento	16 e 21	766	1.166	168.342	171.712
Tributos diferidos	6	—	—	152.069	141.421
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	—	—	113.579	110.690
Provisões para processos judiciais e outros	18	—	—	66.971	71.950
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	21.980	998	264.827	218.731
Obrigações de aquisições	20	—	—	74.931	108.137
Conta de ressarcimento	8	—	—	532.210	433.363
Outras obrigações	21	454	280	242.458	244.445
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.853.593	1.260.925	12.695.930	11.518.346
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado	22	2.196.958	2.196.958	2.196.958	2.196.958
Reserva de capital	22	1.259.346	1.259.106	1.259.346	1.259.106
Reserva de lucros	22	1.090.752	1.090.752	1.090.752	1.090.752
Outros resultados abrangentes	22	(172.310)	(155.638)	(172.310)	(155.638)
Lucros Acumulados		26.837	—	26.837	—
Subtotal		4.401.583	4.391.178	4.401.583	4.391.178
Participação de acionistas não controladores	22.1	—	—	1.125.909	1.182.617
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.401.583	4.391.178	5.527.492	5.573.795
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.295.903	5.699.580	20.021.297	18.932.446

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
31 de março de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Receita operacional líquida	24	—	—	786.263	676.820
Custo de produção e operação de energia	25	—	—	(485.230)	(449.679)
LUCRO BRUTO		—	—	301.033	227.141
Gerais e administrativas	26	(7.548)	(4.637)	(49.952)	(50.919)
Outras (despesas) receitas operacionais	27	(60)	(390)	(8.597)	(1.191)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(7.608)	(5.027)	(58.549)	(52.110)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(7.608)	(5.027)	242.484	175.031
Receitas financeiras		25.416	4.681	150.376	81.930
Despesas financeiras		(65.171)	(24.703)	(295.130)	(176.889)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	28	(39.755)	(20.022)	(144.754)	(94.959)
Resultado de equivalência patrimonial	10	61.304	62.124	762	(1.880)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		13.941	37.075	98.492	78.192
Imposto de renda e contribuição social correntes		—	—	(25.116)	(21.970)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7)	—	(13.001)	14.701
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	6	(7)	—	(38.117)	(7.269)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		13.934	37.075	60.375	70.923
Atribuído a acionistas da empresa controladora		13.934	37.075	13.934	37.075
Atribuído a acionistas não controladores		—	—	46.441	33.848
Lucro por ação (em reais)					
Básico	23	0,02315	0,07534	0,02315	0,07534
Diluído	23	0,02266	0,07374	0,02266	0,07374

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
31 de março de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	13.934	37.075	60.375	70.923
Outros resultados abrangentes				
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro				
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	12.009	—	—	71
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.074)	—	—	—
Hedge de fluxo de caixa	31 (16.792)	5.357	(4.716)	5.357
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	6.1 5.709	(1.821)	1.635	(1.821)
Opção de recompra de participação acionária	21 (615)	—	(615)	—
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	10.171	40.611	56.679	74.530
Atribuído a acionistas da empresa controladora			10.171	40.611
Atribuído a acionistas não controladores			46.508	33.919

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 de março de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reservas de Lucros						Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido Controladora	Participação de acionistas não controladores (nota 23.2)	Total do patrimônio líquido Consolidado
		Capital social	Reservas de capital	Reserva de investimentos	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Outros resultados abrangentes				
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.116.001	321.469	843.696	74.671	20.801	(153.563)	—	3.223.075	811.161	4.034.236
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	37.075	37.075	33.848	70.923
<u>Outros resultados abrangentes</u>		—	—	—	—	—	3.536	—	3.536	71	3.607
<u>Transações com os acionistas:</u>											
Distribuição de dividendos		—	255	—	—	—	—	—	255	—	255
Reservas de capital		—	—	—	—	—	—	—	—	163.709	163.709
Aumento de capital		—	—	—	—	—	—	—	—	239.751	239.751
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>											
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos		—	—	—	—	—	(20.824)	20.824	—	—	—
Constituição de reservas com lucro do exercício		—	—	—	—	—	7.080	(7.080)	—	—	—
Saldos em 31 de março de 2022		2.116.001	321.724	843.696	74.671	20.801	(163.771)	50.819	3.263.941	1.248.540	4.512.481
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2.196.958	1.259.106	985.059	74.671	31.022	(155.638)	—	4.391.178	1.182.617	5.573.795
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	13.934	13.934	46.441	60.375
<u>Outros resultados abrangentes</u>		—	—	—	—	—	(3.763)	—	(3.763)	67	(3.696)
<u>Transações com os acionistas:</u>											
Remuneração com base em ações		—	240	—	—	—	—	—	240	—	240
Dividendos e juros sobre o capital próprio	31	—	—	—	—	—	—	(6)	(6)	—	(6)
Redução de capital em controladas	22.2	—	—	—	—	—	—	—	—	(103.216)	(103.216)
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>											
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos		—	—	—	—	—	(12.909)	12.909	—	—	—
Saldos em 31 de março de 2023		2.196.958	1.259.346	985.059	74.671	31.022	(172.310)	26.837	4.401.583	1.125.909	5.527.492

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
31 de março de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do período	13.934	37.075	60.375	70.923
Ajustes para conciliar o Lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	6.211	—	154.466	126.741
Variação monetária e cambial	18.321	114	(21.423)	4.524
Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	18	623	725	(47)
Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	—	—	3.170	3.042
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	15 e 28	44.293	24.583	209.701
Juros sobre passivo de arrendamento	16	57	3.560	2.197
Marcação a mercado de derivativos	—	—	(9.285)	(15.934)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	—	(1.214)	(138.339)	(42.553)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(67.171)	(762)	1.880
Tributos e contribuições sociais diferidos	6	7	13.001	(14.697)
Ações e opções de ações outorgadas	—	240	240	255
Baixa de bens do ativo	—	—	4.611	(770)
Variação de ativos e passivos operacionais	(1.238)	(834)	121.861	(41.620)
Contas a receber de clientes	—	—	(12.229)	65.304
Tributos e contribuições sociais compensáveis	(2.990)	(838)	6.025	10.068
Outros créditos	38	1.065	(14.750)	(38.976)
Fornecedores	309	(1.335)	25.831	(143.867)
Outros tributos a pagar	—	761	—	12.090
Imposto de renda e contribuição social a pagar	—	—	27.988	(3.681)
Encargos setoriais	—	—	—	4.964
Contas a pagar a partes relacionadas	—	—	—	(1.114)
Conta de ressarcimento passivo	—	—	97.676	63.547
Outras obrigações	1.405	(487)	(8.680)	(9.955)
	(11.352)	(2.400)	401.901	198.244
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	15 e 28	(72.242)	(16.156)	(57.862)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	16	(57)	(3.515)	(2.197)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	—	—	(53.588)	(63.608)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	—	—	(281)	—
Pagamento de processos judiciais e outros	18	—	(1.067)	(243)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	—	(528.392)	(277.865)	(847.852)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	—	2.179	86.821	20.700
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	(609.864)	(76.270)	46.173	(752.818)
Atividades de investimentos:				
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	10	—	(200.000)	—
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(583)	—	(962.992)
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	10	(727)	(615)	—
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	10 e 20	—	(5.580)	—
Liquidação de instrumento derivativo	—	—	—	(3.953)
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	18	(380)	(1.852)	(33.647)
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos	(1.690)	(200.615)	(970.424)	(428.580)
Atividades de financiamentos:				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	15	578.142	1.100.000	1.015.132
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	15	—	(7.637)	(2.678)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	15	(1.327)	(650.000)	(134.005)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	—	(6)	(6)	—
Aumento de capital	—	—	—	239.751
Redução de capital em controladas	—	—	(103.216)	—
Reservas de capital	—	—	—	163.709
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	16	(243)	(3.695)	(1.899)
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de financiamento	—	—	(5.360)	—
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos	576.566	442.363	766.172	829.700
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(34.988)	165.478	(158.079)	(351.698)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	35.056	61.258	195.872	657.043
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	68	226.736	37.793	305.345

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
31 de março de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
1. RECEITAS	—	—	1.901.714	1.215.311
Receita bruta de venda de energia	—	—	914.433	770.438
Outras receitas operacionais	—	—	29.949	1.419
Receitas relativas à construção de ativos próprios	—	—	957.332	443.454
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.220)	(1.469)	(1.302.254)	(804.546)
Materiais	(18)	—	(550.153)	(148.826)
Serviços de terceiros	(2.151)	(1.077)	(479.633)	(336.370)
Custo da energia comprada e transmissão	—	—	(242.961)	(273.268)
Outros custos operacionais	(51)	(392)	(29.507)	(46.082)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.220)	(1.469)	599.460	410.765
4. RETENÇÕES	(343)	—	(157.197)	(142.645)
Depreciação e amortização	(343)	—	(157.197)	(142.645)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(2.563)	(1.469)	442.263	268.120
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	87.958	67.033	158.891	82.245
Equivalência patrimonial	61.304	62.124	762	(1.880)
Receitas financeiras	26.654	4.909	158.129	84.125
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	85.395	65.564	601.154	350.365
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	85.395	65.564	601.154	350.365
Pessoal	4.084	2.956	48.338	38.362
Remuneração e encargos	2.022	1.851	37.046	31.066
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	2.054	1.113	7.617	4.548
Previdência privada	8	(8)	1.460	925
FGTS	—	—	2.215	1.823
Tributos (Governos)	2.196	830	200.897	88.544
Federais	2.196	830	114.130	53.100
Imposto de Renda e Contribuição Social	7	—	38.118	7.270
COFINS	1.065	196	49.546	25.453
PIS	173	32	18.176	13.261
INSS	766	602	7.469	5.474
Encargos sociais - Outros	185	—	821	1.642
Estaduais	—	—	55.686	10.939
ICMS	—	—	55.583	11.068
Outros	—	—	103	(129)
Municipais	—	—	172	79
IPTU	—	—	60	78
ISS	—	—	112	1
Encargos setoriais	—	—	30.909	24.426
Pesquisa e desenvolvimento	—	—	5.049	5.386
Taxa de fiscalização - ANEEL	—	—	4.377	3.699
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	—	—	21.483	15.341
Remuneração de capital de terceiros	65.181	24.703	291.544	152.536
Juros	65.171	24.703	296.267	151.801
Aluguéis	10	—	(4.723)	735
Remuneração de capitais próprios	13.934	37.075	60.375	70.923
Lucros retidos	13.928	37.075	13.928	37.075
Dividendos	6	—	6	—
Participação de acionistas não controladores	—	—	46.441	33.848

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Brasil Energia S.A ("Companhia" ou "Controladora"), é uma companhia de capital aberto, com sede na Avenida Luiz Carlos Berrini, 1.376, 12º andar da Torre A - Sala Digitalização, Brooklin Paulista, São Paulo - SP, que tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation ("AES Corp"), sediada nos Estados Unidos da América.

A Companhia possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável, sendo eles: geração hidroelétrica, geração eólica e geração solar.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 25 de abril de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As informações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído ("*deemed cost*"), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de adoção.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas abaixo, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, publicadas em 27 de fevereiro de 2023. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

Notas Explicativas

Número	Nota explicativa	Justificativa
1.1	Geração hidroelétrica	(a)
1.2	Geração eólica	(a)
1.3	Geração solar	(a)
1.4	Aquisição dos Complexos Araripe, Caetés e Cassino	(a)
1.5	Obrigação de expansão	(a)
2	Principais eventos ocorridos no período findo em 31 de março de 2023	(a)
3.2	Políticas contábeis e estimativas	(a)
3.3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
3.4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
3.7	Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022	(a)
3.8	Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes	(a)
3.9	Entidades controladas	(b)
7.2	Estimativa de recuperação de créditos	(a)
16.3	Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos	(b)
18.1	Previdência privada	(a)
18.2	Programa de incentivo à aposentadoria	(a)
18.3	Informações relevantes das obrigações com benefícios pós-emprego	(a)
24	Destinação do resultado	(a)
32.2	Gerenciamento de riscos	(a)
32.2 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
32.2 (b)	Riscos resultantes de instrumentos financeiros	(a)
32.2 (b.1)	Risco de crédito	(b)
32.2 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
32.2 (c)	Outros riscos considerados relevantes	(a)
32.2 (c.1)	Risco hidrológico	(a)
32.2 (c.2)	Risco em renováveis não-hídricas	(a)
32.2 (c.3)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
32.2 (c.4)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
32.3 (c.5)	Risco socioambiental	(a)
32.3 (c.6)	Risco de obrigação de expansão	(a)
32.3 (c.7)	Risco da escassez de vento	(a)
33	Seguros	(a)
35	Compromissos	(a)

(a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

(b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações contábeis intermediárias.

2.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 31 de março de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

Notas Explicativas

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Administração da Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures* é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços. As receitas e despesas são convertidas às taxas de câmbio nas datas das transações.

2.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A Companhia deixou de apresentar a nota explicativa completa, pois os demais investimentos não sofreram alteração. Conforme destacado na nota explicativa nº 2.1 a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro de 2022, publicadas em 27 de fevereiro de 2023.

Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Caixa e Equivalentes de caixa				
Número disponível	68	35.056	15.210	58.021
Operação compromissada	—	—	22.583	137.851
Subtotal	68	35.056	37.793	195.872
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	899.803	352.000	3.908.692	3.587.700
Subtotal	899.803	352.000	3.908.692	3.587.700
Total	899.871	387.056	3.946.485	3.783.572

A composição da linha CDB-DI no Consolidado refere-se, principalmente a aplicações: (i) da Controladora no montante de R\$ 899.803, (ii) das controladas diretas AES Operações e Complexo Tucano, nos montantes de R\$1.030.672 e de R\$660.977 respectivamente (iii) das controladas indiretas AB1 Cajuína, Potengi e Veleiros, nos montantes R\$178.148, R\$298.139 e R\$275.558 respectivamente, decorrentes dos novos financiamentos contratados para construção dos projetos.

Os investimentos de curto prazo em 31 de março de 2023 possuem liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 102,08% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (102,74% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado						
	Saldos vencidos	Saldos vencidos				31/03/2023	31/12/2022
		Até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias		
CIRCULANTE							
Consumidores livres	212.179	299	26	—	—	212.504	213.967
Mercado de curto prazo	12.321	336	3.989	692	249	17.587	7.217
Contratos de energia eólicos	97.845	211	—	—	—	98.056	98.672
Contratos de energia solares	19.615	—	—	—	—	19.615	15.907
Partes relacionadas (nota 29)	—	187	—	—	—	187	4
Serviços prestados	47	—	—	—	—	47	—
Total	342.007	1.033	4.015	692	249	347.996	335.767

Em 31 de março de 2023, a Companhia avaliou e não possui expectativa de perdas dos valores vencidos ou do saldo a vencer do contas a receber.

Notas Explicativas

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar				
Imposto de renda	6.913	5.450	60.289	47.668
Contribuição social	630	—	15.739	9.582
Imposto de renda retido na fonte (i)	8.531	2.595	63.050	37.018
Total	16.074	8.045	139.078	94.268
Outros tributos a recuperar				
PIS e Cofins	—	—	1.381	3.368
ICMS	—	—	935	899
Outros	—	—	2.389	2.546
Total	—	—	4.705	6.813
Total	16.074	8.045	143.783	101.081

(i) A variação é composta majoritariamente pelo aumento nas aplicações financeiras, gerando um valor maior de Imposto de Renda a recuperar quando do resgate das mesmas.

6. TRIBUTOS DIFERIDOS

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

		Controladora		Consolidado				
		Balanço Patrimonial		Resultado	Balanço Patrimonial		Resultado	
		Notas	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:								
Tributos ativos:								
Prejuízo fiscal e base negativa		—	—	—	539.871	539.367	504	944
Provisão para participação nos lucros e resultados		—	—	—	1.998	6.412	(4.414)	(3.162)
Provisão para processos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórias	18	—	—	—	28.953	30.574	(1.621)	961
Provisão de benefício a empregados		—	—	—	5.541	4.559	982	1.034
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		—	—	—	2.027	2.027	—	—
Créditos fiscais de ágios incorporados	6.3	—	—	—	63.174	66.120	(2.946)	(3.182)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços		—	—	—	11.239	10.685	554	(380)
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)		6.680	971	—	51.503	49.870	—	—
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)		—	—	—	33.078	33.076	—	—
Ressarcimento de energia	8	—	—	—	12.285	11.378	907	1.716
Variação cambial não realizada		—	—	—	639	569	70	(326)
Marcação a mercado		—	—	—	29.790	—	29.790	—
Outros		—	—	—	17.888	14.692	3.196	(31)
Tributos passivos:								
Ativo imobilizado - custo atribuído	11	—	—	—	(260.982)	(267.631)	6.649	7.080
Ativo intangível - uso do bem público	12	—	—	—	(6.633)	(6.811)	178	177
Atualização de cauções e depósitos vinculados	18	—	—	—	(1.455)	(1.294)	(161)	(120)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação		—	—	—	(176.852)	(170.101)	(6.751)	279
Variação Cambial Ativa Não Realizada		(12)	(5)	(7)	(387)	(381)	(6)	3.063
Ativo intangível - GSF	12	—	—	—	(269.503)	(276.688)	7.185	7.186
Penalidade contratual fornecedores		—	—	—	(1.067)	(337)	(730)	(114)
Juros Capitalizados		—	—	—	(61.882)	(51.951)	(9.931)	—
Marcação a mercado		—	—	—	(35.592)	—	(35.592)	—
Outros		—	—	—	(7.133)	(6.269)	(864)	(424)
Ativo fiscal diferido, líquido		6.668	966	(7)	(23.500)	(12.134)	(13.001)	14.701
Apresentação no balanço patrimonial								
Tributos diferidos do ativo não circulante		6.668	966		128.569	129.287		
Tributos diferidos do passivo não circulante		—	—		(152.069)	(141.421)		
Total		6.668	966		(23.500)	(12.134)		

Notas Explicativas

Os tributos diferidos são apresentados por complexo e pelo valor líquido, a seguir:

Complexo	31/03/2023			31/12/2022
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Controladora	6.680	(12)	6.668	966
AES Comercializadora	30.187	(35.592)	(5.405)	(2.470)
Complexo Tucano	—	(2.732)	(2.732)	(1.814)
Complexo Araripe	7.046	(76.754)	(69.708)	(66.276)
Complexo Caetés	7.525	(80.921)	(73.396)	(70.003)
AES Operações	731.033	(621.174)	109.859	117.139
AES Tietê Integra	3.183	—	3.183	3.058
Complexo Alto Sertão II	6.793	(1.571)	5.222	5.395
Complexo AGV	21	(88)	(67)	(49)
Complexo Ouroeste	—	(248)	(248)	(308)
Complexo Guaimbé	—	(513)	(513)	(501)
Complexo Ventus	2.977	(844)	2.133	1.673
Complexo Salinas e Mandacaru	2.543	(1.039)	1.504	1.056
	797.988	(821.488)	(23.500)	(12.134)

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	966	(12.134)
Impacto no resultado	(7)	(13.001)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	5.709	1.635
Saldos em 31 de março de 2023	6.668	(23.500)

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2023		31/03/2022		31/03/2023		31/03/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	13.941	13.941	37.075	37.075	98.492	98.492	78.192	78.192
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(3.485)	(1.255)	(9.269)	(3.337)	(24.623)	(8.864)	(19.548)	(7.037)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Adições (exclusões) permanentes:								
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído	103	37	12	5	(222)	(80)	12	4
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(514)	(185)	—	—	(13.128)	(4.698)	(44)	39
Amortização da mais valia em combinação de negócios e de direitos contratuais	—	—	—	—	(4.182)	(1.505)	(2.711)	(976)
Resultado de equivalência patrimonial	3.952	1.423	15.531	5.591	191	69	(470)	(169)
Ajuste lucro presumido	—	—	—	—	15.470	4.750	10.541	2.677
Juros capitalizados de controladas	—	—	(6.274)	(2.259)	—	—	7.213	2.597
Outras	(60)	(22)	—	—	(936)	(398)	(1.728)	(264)
Ajuste de impostos								
Ajustes de anos anteriores	—	—	—	—	(310)	(125)	1.448	556
Outros	(1)	—	—	—	471	3	528	63
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5)	(2)	—	—	(27.269)	(10.848)	(4.759)	(2.510)
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	—	—	—	—	(17.725)	(7.391)	(15.437)	(6.533)
Diferidos	(5)	(2)	—	—	(9.544)	(3.457)	10.678	4.023
Total	(5)	(2)	—	—	(27.269)	(10.848)	(4.759)	(2.510)
Alíquota efetiva	—%	—%	—%	—%	-27,7%	-11,0%	-6,1%	-3,2%

Notas Explicativas

A Controladora apurou prejuízo fiscal no 4o trimestre/2022 e no 1o trimestre/2023, não tendo, portanto, despesa de IRPJ/CSLL correntes. Houve apenas constituição de IRPJ/CSLL diferidos sobre diferença temporária de variação cambial não realizada.

6.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Prejuízo Fiscal	Base negativa de Contribuição Social	Diferenças Temporárias	31/03/2023	31/12/2022
Controladora	5.640	5.640	11.226	22.506	—
Complexo Alto Sertão II	559.923	559.923	—	1.119.846	1.117.192
AES Brasil Operações	278.304	282.513	107.135	667.952	632.513
Complexo Salinas e Mandacarú	12.014	12.014	162.068	186.096	185.897
Complexo Tucano	5.120	5.120	442	10.682	15.610
Guaimbê Holding	549	549	17.663	18.761	19.428
Complexo Cajuína	2.405	2.405	103	4.913	401
Complexo Ventus	197	197	—	394	368
Complexo Arinos	133	133	—	266	42
Complexo Caetés	5.110	5.110	—	10.220	(3.403)
Complexo Araripe	30.600	30.600	—	61.200	6.214
Veleiros Holding	2.667	2.667	195	5.529	—
Cordilheira dos Ventos	19	19	—	38	—
AES GF1 Holdings	30	30	—	60	—
AES GF2 Holdings	11	11	—	22	—
Complexo Ouroeste	5	5	—	10	—
Complexo Cassino	6	6	—	12	—
CONSOLIDADO	902.733	906.942	298.832	2.108.507	1.974.262

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos, tendo em vista que os impostos diferidos ativos são constituídos no limite da expectativa de realização dos lucros tributários futuros. Para os prejuízos e bases negativas de contribuição social detidos por empresas *holdings*, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis, a Companhia não constitui impostos diferidos ativos.

6.3 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Resolução CVM 78/2022.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da controlada direta AES Operações, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da controlada direta AES Operações apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos estavam assim representados:

Notas Explicativas

AES Brazilian Energy Holdings Ltda

Saldos oriundos da incorporação

Amortização acumulada

Subtotal

Consolidado			
31/03/2023			31/12/2022
Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
319.564	(210.912)	108.652	108.652
(207.276)	136.802	(70.474)	(68.694)
112.288	(74.110)	38.178	39.958

AES Gás Ltda.

Saldos oriundos da incorporação

Amortização acumulada

Subtotal

808.304	(541.564)	266.740	266.740
(740.871)	496.210	(244.661)	(243.632)
67.433	(45.354)	22.079	23.108

AES Tietê Participações S.A.

Saldos oriundos da incorporação

Amortização acumulada

Subtotal**Total**

82.420	(54.397)	28.023	28.023
(73.840)	48.734	(25.106)	(24.969)
8.580	(5.663)	2.917	3.054
188.301	(125.127)	63.174	66.120

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.120
Amortização	(8.782)
Reversão	5.836
Saldo em 31 de março de 2023	63.174

7. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				
Garantias de compromissos contratuais	—	—	16.725	16.713
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18 368	—	20.786	18.544
Garantias de financiamento (i)	—	—	250.745	251.928
Subtotal	368	—	288.256	287.185
NÃO CIRCULANTE				
Garantias de financiamento (i)	—	—	335.766	321.156
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18 12	—	6.787	6.680
Subtotal	12	—	342.553	327.836
Total	380	—	630.809	615.021

- (i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida das controladas Complexo Eólico Araripe, Complexo Eólico Caetés, AES Operações e Tucanos F1 a F4 no montante, respectivamente de R\$ 107.613, R\$ 147.652, R\$ 26.147 e R\$ 8.616 e de suas controladas indiretas, composto pelo Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Eólico Ventus e Complexo Eólico Cassino, nos montantes de R\$ 192.436, R\$ 25.213, R\$10.169 e R\$ 68.665, respectivamente. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, deve ser aplicada seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários e fundos, com rentabilidade média consolidada de 102,08% do CDI.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 31 de março de 2023 é como segue:

Notas Explicativas

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Adições (i)

Atualização monetária

Baixas e resgates (ii)

Saldo em 31 de março de 2023

Consolidado	
	615.021
	71.244
	8.576
	(64.032)
	630.809

(i) As adições no montante de R\$ 71.244, são compostas por: (a) garantias de financiamento dos contratos de financiamento do Complexo Salinas e Mandacaru R\$ 32.257, da emissão de debêntures dos Complexo Eólico Alto Sertão II R\$ 8.305, da 8ª emissão de debêntures da controlada direta AES Operações R\$ 6.936, dos contratos de financiamento de Tucano F1 a Tucano F4 R\$ 116, do Complexo Eólico Ventus R\$ 1.815 e do Complexo Eólico Araripe, Caetés e Cassino R\$ 19.891; (b) R\$ 1.911 depósitos judiciais; e (c) R\$ 13 de garantias contratuais.

(ii) Os resgates no montante de R\$ 64.032, são compostas por: (a) garantias de financiamentos dos contratos do Complexo Salinas e Mandacaru R\$52.921, Complexo Eólico Alto Sertão II R\$ 8.363, do Complexo Eólico Ventus R\$ 2.376, 8ª emissão de debêntures da controlada direta AES Operações R\$ 68 e do Complexo Tucano R\$ 54; (b) R\$ 4 garantias de compromissos contratuais; e (c) R\$ 246 depósitos judiciais.

8. RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do Leilão de Energia de Reserva - LER 2009, LER 2010, LER 2013 e a CCEE e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3), Fontes Alternativas - LFA e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	25.231	(731.620)
Adição/reversão (i)	(573)	(87.454)
Amortização	(1.660)	2.046
Atualização monetária	—	(6.134)
Ressarcimento contratual (ii)	2.580	—
Saldos em 31 de março de 2023	25.578	(823.162)
Circulante	20.842	(290.952)
Não circulante	4.736	(532.210)

(i) refere-se à geração eólica abaixo da contratada no período, principalmente em função da baixa velocidade dos ventos.

(ii) refere-se ao ressarcimento de energia atrelado ao contrato de manutenção, que obedece a regras similares às regras do Órgão regulador.

Os ressarcimentos relativos aos eventos de constrained-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva estão suspensos desde a emissão do Despacho nº 2.303/2019 pela ANEEL, onde se iniciou uma apuração dos procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado CO 970/22, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para as solares fotovoltaicas. Em 12

Notas Explicativas

de janeiro de 2023 a CCEE divulgou o comunicado CO 039/23, para a operacionalização das apurações de ressarcimentos de fontes eólicas e solares de acordo com as premissas já estabelecidas nas resoluções normativas emitidas pela ANEEL.

Do saldo total de R\$ 804.933 do passivo de ressarcimento, R\$ 555.329 refere-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2303/2019.

Em 31 de março de 2023, os saldos contabilizados referentes ao *Constrained-off* no passivo de ressarcimento correspondem a R\$ 555.329, sendo R\$ 107.654 para o LER 2009, R\$ 45.892 para o LER 2010, R\$ 171.348 para o LER 2011, R\$188.062 para o LER 2013 e 42.373 para LFA.

9. OUTROS ATIVOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				
Contas a receber sobre venda de controlada (i)	—	—	—	25.488
Almoxarifado (ii)	—	—	62.858	48.672
Indenização de seguro a receber	—	—	8.453	8.453
Contas a receber de partes relacionadas	29	—	—	1.154
Despesas pagas antecipadamente	—	23	7.614	9.475
Contas a receber sobre venda de participação acionária	—	—	1.017	1.010
Adiantamento a empregados	—	6	2.853	353
Outras contas a receber	—	—	1.600	1.600
Adiantamento a fornecedores	—	—	5.940	6.034
Compensação por atraso em Tucanos (iii)	—	—	85.310	58.903
Outros	62	62	25.334	19.425
Subtotal	62	91	200.979	180.567
NÃO CIRCULANTE				
Tributos diferidos sobre ressarcimento (iv)	—	—	14.558	14.706
Despesas pagas antecipadamente	—	—	5.900	5.712
Imposto de renda	—	9	8.009	10.133
Contas a receber de partes relacionadas	29	—	7.329	6.661
INSS	—	—	1.762	1.762
ICMS	—	—	1.390	1.390
Outras contas a receber	—	—	5.733	5.733
Outros	—	—	1.708	3.788
Subtotal	—	9	46.389	49.885
Total	62	100	247.368	230.452

(i) Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, foi concretizada a venda de 100% das quotas de suas controladas indiretas AES Tietê Inova, AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil, sendo o risco e os benefícios da propriedade transferida para a Compradora, nesta data. Em março de 2023, após análise de realização, baseado em prognóstico jurídico, o saldo foi reavaliado e o impacto registrado em contrapartida a outras despesas operacionais (nota 27).

(ii) O montante de R\$62.858 no Consolidado de almoxarifado é composto principalmente por R\$24.635 do Complexo Salinas e Mandacaru, R\$14.353 da controlada direta AES Operações, R\$14.521 do Complexo Alto Sertão II, R\$2.348 do Complexo AGV, R\$2.062 do Complexo Boa Hora, R\$1.310 do Complexo Guaimbê, R\$3.604 do Complexo Ventus e R\$25 do complexo Tucano.

(iii) Refere-se a compensação por atraso a receber pelas SPes Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3 e Tucano F4 prevista no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

(iv) Refere-se a Pis e Cofins sobre ressarcimento de eólicas e solares.

Notas Explicativas

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES

A Companhia detém investimentos em empresas controladas direta e indiretas e indiretamente em *joint ventures*. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A controlada direta Tucano Holding I S.A. detém 50% de participação indireta na Tucano Holding III com a Unipar Carbocloro S.A., empreendimento controlado em conjunto ("*Joint Venture*") com a Unipar Carbocloro S.A. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial na Controladora e Consolidado.

Na Controladora os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	4.565.444	4.490.231	108.301	107.539
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (i)	16.137	16.137	—	—
Direito de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos (ii)	657.116	661.558	—	—
Mais valia dos investimentos adquiridos (ii)	131.489	132.914	—	—
Total	5.370.186	5.300.840	108.301	107.539

(i) Refere-se às aquisições dos Complexos Arinos, no montante de R\$16.137. A amortização será com base no prazo dos contratos de leilão de energia após a entrada em operação do parque.

(ii) Refere-se à aquisição dos Complexos Araripe e Caetés, amortizado com base no prazo dos contratos de leilão de energia.

A movimentação dos investimentos para o período findo em 31 de março de 2023 é como segue:

	Controladora			
	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Direito de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos	Ajustes a valor justo do investimento adquirido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.490.231	16.137	661.558	132.914
Equivalência patrimonial (i)	67.171	—	—	—
Amortização do intangível e da mais valia gerado em aquisições (i)	—	—	(4.442)	—
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização (i)	—	—	—	(1.425)
Aumento de capital	727	—	—	—
Derivativos - Outros resultados abrangentes (ii)	7.315	—	—	—
Saldos em 31 de março de 2023	4.565.444	16.137	657.116	131.489

(i) Valores apresentados na rubrica de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultados.

(ii) O montante se refere principalmente ao efeito reflexo do *hedge* do empréstimo contratado no banco Scotiabank pela controlada direta AES Operações em dezembro de 2020 (1ª série) no montante de R\$600.000, em março de 2021 (2ª série) no montante de R\$800.000.

Notas Explicativas

Controladora	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Outros Resultados Abrangentes	Amortização dos intangíveis gerado na mais valia e direitos de exploração	Saldos em 31 de março de 2023
AES Tucano Holding I S.A.	1.527.941	60.516	—	(270)	—	1.588.187
AES Brasil Operações	2.858.851	21.069	—	7.585	—	2.887.505
AES Comercializadora de Energia	16.798	5.698	—	—	—	22.496
AES GF1 Holdings	42.002	(30)	209	—	—	42.181
AES GF2 Holdings	1.139	(11)	11	—	—	1.139
AES Arinos Holding	17.207	(110)	507	—	—	17.604
São Tomé Holding	404.296	598	—	—	(2.631)	402.263
São Tito Holding	432.606	(20.559)	—	—	(3.236)	408.811
Total	5.300.840	67.171	727	7.315	(5.867)	5.370.186

Controlada	Total de quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Lucro líquido (prejuízo) do período ajustado
AES Brasil Operações S.A.	2.014.441.535	100%	1.799.262	2.758.607	21.069	21.069
AES Comercializadora	12.000.000	100%	12.000	22.496	5.698	5.698
AES GF1 Holdings	42.219.500	100%	42.220	42.181	(30)	(30)
AES GF2 Holdings	1.157.900	100%	1.158	1.138	(11)	(11)
AES Arinos	1.599.500	100%	1.600	1.467	(110)	(110)
Tucano Holding I (i)	2.204.656.170	60,93%	688.787	2.384.834	24.651	60.516
São Tomé Holding	373.237	100%	373.237	39.374	598	598
São Tito Holding	273.517	100%	273.517	(16.905)	(20.559)	(20.559)
				5.233.192	31.306	67.171

(i) A diferença entre o lucro líquido do período e o lucro líquido do período ajustado no montante de R\$45.496 refere-se aos juros capitalizados da Tucano Holding I. Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos complexos solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures e empréstimos de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado na controlada, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” (nota explicativa nº 11) em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos no imobilizado/intangível em curso” (nota explicativa nº 28). Para melhor apresentação, os juros capitalizados foram ajustados na tabela em Lucro líquido (prejuízo) do período ajustado.

Joint Venture

Em 31 de março de 2023, as informações contábeis da *Joint Venture* estão apresentadas abaixo:

	Tucano Holding III Consolidado
Balanco Patrimonial	
Ativo circulante	241.515
Ativo não circulante	732.473
Passivo circulante	151.752
Passivo não circulante	624.679
Patrimônio líquido	197.557
Demonstração de Resultado	
Resultado Operacional	22.280
Resultado financeiro	(19.192)
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(1.563)
Lucro do período	1.525
Resultado abrangente total	1.525
Percentual de participação	50%
Quantidade de quotas/ações do capital social	1.444.186.438

Notas Explicativas

A movimentação de investimentos, consolidado, da *joint venture* é como segue:

Movimentação Joint Venture	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	107.539
Equivalência patrimonial	762
Saldos em 31 de março de 2023	108.301

Operação comercial *Joint Venture*

Os parques eólicos controlados pela Tucano Holding III foram liberados para operação comercial e iniciaram o atendimento dos seus contratos de fornecimento de energia em 01/01/2023. O contrato de compra e venda de energia é firmado com a Unipar Carbocloro S.A., possuem vigência de 20 anos, com 155 MW de capacidade instalada e 71,5 MWh de garantia física de energia.

11. IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado			
	31/03/2023			31/12/2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	—	414.284	—	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	3,21%	2.944.165	(2.283.136)	661.029
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,90%	1.296.861	(594.800)	702.061
Máquinas e equipamentos	4,15%	7.906.901	(1.974.905)	5.931.996
Veículos	13,30%	18.386	(6.424)	11.962
Móveis e utensílios e outros	6,23%	8.948	(6.476)	2.472
Imobilizado em serviço		12.589.545	(4.865.741)	7.723.804
Imóveis destinados a uso futuro	—	2.099	—	2.099
Imobilizado em curso (i)	—	4.127.857	—	4.127.857
Bens vinculados às concessões e autorizações		16.719.501	(4.865.741)	11.853.760
Direito de uso de sede administrativa	10,80%	13.134	(5.096)	8.038
Direito de uso de terreno arrendado	3,30%	164.414	(19.414)	145.000
Total Imobilizado		16.897.049	(4.890.251)	12.006.798

(i) O ativo imobilizado em curso contempla principalmente gastos com construção de novas plantas de geração eólica nos Complexos de Tucano e Cajuína, incluindo adiantamento a fornecedores para aquisição dos aerogeradores, além de gastos com a modernização de unidades geradoras das usinas hidroelétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço quando da sua entrada em operação.

(ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos e solares, que em 31 de março de 2023 representa um montante de R\$93.780 (R\$95.396 em 31 de dezembro de 2022), líquido de depreciação. Vide nota explicativa 21.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Consolidado							
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências e reclassificações	Juros capitalizados	
Terrenos	414.284	—	—	—	—	—	—	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	2.943.639	—	—	—	—	526	—	2.944.165
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.292.845	—	—	—	—	4.016	—	1.296.861
Máquinas e equipamentos	7.600.390	—	—	—	(7.061)	313.572	—	7.906.901
Veículos	14.649	—	—	—	—	3.737	—	18.386
Móveis e utensílios e outros	8.879	—	—	—	—	69	—	8.948
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	—	—	—	—	—	—	2.099
Imobilizado em curso	3.497.002	814.631	—	—	—	(321.920)	138.144	4.127.857
Direito de uso de sede administrativa	12.978	156	—	—	—	—	—	13.134
Direito de uso de terreno arrendado	165.414	—	(1.000)	—	—	—	—	164.414
Subtotal	15.952.179	814.787	(1.000)	—	(7.061)	—	138.144	16.897.049
Depreciação/Amortização	(4.778.375)	—	—	(1.617)	2.450	—	—	(4.890.251)
Total líquido	11.173.804	702.078	(1.000)	(1.617)	(4.611)	—	138.144	12.006.798

Notas Explicativas

(c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Os ativos de suas controladas que possuem essas características, são:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Concessão	2.403.033	2.433.933
Autorizações	9.448.628	8.581.425
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099
Total	11.853.760	11.017.457

12. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	31/03/2023				31/12/2022
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(190.201)	792.655	813.789
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(53.665)	19.509	20.031
Direitos contratuais de solares e eólicas (iii)	4,85%	561.816	(62.619)	499.197	506.456
Direito de exploração de autorização (iv)	3,00%	822.100	(15.035)	807.065	813.612
Intangível gerado na combinação de negócios (v)	3,42%	19.073	(3.643)	15.430	15.591
Direitos e projetos em desenvolvimento (vi)	—	84.594	—	84.594	84.594
Software e outros intangíveis	21,06%	170.248	(57.770)	112.478	106.778
Total		2.713.861	(382.933)	2.330.928	2.360.851

- (i) Refere-se ao ativo intangível da extensão de concessão registrado em 2020, decorrente da repactuação do GSF, conforme Lei 14.052/2020 e Resolução Normativa 895/2020. O saldo é amortizado pelo método linear a partir de 1º de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão da AES Operações.
- (ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.
- (iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, além dos complexos eólicos Ventus, complexo São Ricardo, complexo Serra Verde, complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, amortizados, pelo método linear, com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

Notas Explicativas

- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbê e Parques Eólicos de Santa Tereza, Ventos do Araripe, Caetés e Cassino que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.
- (v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (vi) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano e Projeto Eólico Cordilheira dos Ventos, que serão amortizado com base no prazo de autorização, após a planta entrar em operação, que está previsto para julho de 2024 e julho de 2025, respectivamente.

A movimentação do intangível é como segue:

	Consolidado								
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		Total
							Em curso	Em serviço	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	813.789	20.031	506.456	813.612	15.591	84.594	87.924	18.854	2.360.851
Adições	—	—	—	—	—	—	10.217	—	10.217
Amortizações	(21.134)	(522)	(7.259)	(6.547)	(161)	—	—	(4.517)	(40.140)
Transferências	—	—	—	—	—	—	737	(737)	—
Saldos em 31 de março de 2023	792.655	19.509	499.197	807.065	15.430	84.594	98.878	13.600	2.330.928

13. FORNECEDORES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Energia elétrica comprada para revenda		—	—	56.480	69.013
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST		—	—	17.341	16.424
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg		—	—	5.137	5.141
Subtotal		—	—	78.958	90.578
Materiais e Serviços		907	598	207.318	173.370
Materiais e Serviços - partes relacionadas	29	—	—	7.468	3.965
Total		907	598	293.744	267.913

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 41 cartas de fiança, no valor total de R\$ 37.890 e 27 seguros garantia, no valor de R\$ 63.562, totalizando uma importância segurada de R\$ 101.452 (47 cartas de fiança, no valor total de R\$ 45.120 e 21 seguros garantia, no valor de R\$ 53.867, totalizando uma importância segurada de R\$ 98.987 em 31 de dezembro de 2022), com custo de 0,17% a 2,80% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

Notas Explicativas

14. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social a pagar (ii)				
Imposto de renda	—	—	13.150	11.197
Contribuição social	—	—	7.520	6.601
Total	—	—	20.670	17.798
Outros tributos a pagar				
INSS	916	129	7.321	7.053
PIS e Cofins	254	151	18.872	14.173
ICMS (i)	—	—	19.325	18.881
IRRF	1.742	187	4.154	2.528
CIDE	—	—	4.540	3.749
ISS	—	—	2.284	907
Outros	15	12	2.227	1.267
Total	2.927	479	58.723	48.558

(i) Corresponde à tributação do ICMS com a alíquota de 18% sobre o faturamento de energia das empresas geradoras ou comercializadoras de energia a partir de março de 2022, localizadas no estado de São Paulo. Essa tributação foi autorizada pelo decreto 66.373/2021 e portaria CAT 14/2022.

(ii) As controladas Tucano H. I e II, Veleiros, Santa Tereza, Santa Tereza (06, 09 e 11), Serra Verde (I a VII), São Ricardo, São Ricardo (1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 13), Potengi, AES Comercializadora, AES GF1 Holdings, AES GF2 Holdings, AES Arinos Solar Holdings, AES Arinos Solar (I a VIII), Cajuína AB1, AB2 e AB3, Cordilheira dos Ventos, Ventos de São Tomé Holding S.A., Ventos de Santa Brígida (I a VII), Ventos de São Tito Holding S.A., Ventos de Santa Joana (II, VI, VIII e XIV), Ventos de São Onofre (I a III), são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a controlada direta AES Operações levantou balancete de suspensão no período e as empresas Tucano H. I e Potengi levantaram balancete de redução.

Por sua vez, as controladas indiretas Guaimbê Holding e Nova Energia se utilizaram da apuração com base no balancete de redução e recolheram antecipações, porém as demais apuraram prejuízo fiscal.

Com exceção das empresas mencionadas acima, a apuração do imposto de renda e da contribuição social das demais empresas dos Complexos Ouroeste, Complexo Tucano, Alto Sertão II, Complexo Guaimbê, Complexo Ventus, Complexos Salinas e Mandacaru, Santa Tereza 01 a 05, 07, 08, 10, 12 a 14, Serra Verde V, São Ricardo (3, 4 e 11), Complexo Cassino são realizadas com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Notas Explicativas

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Controladora						
	31/03/2023						
	Circulante			Não circulante			Total circulante + não circulante
	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL							
Debêntures							
Debêntures - 1ª Emissão	9.606	(2.432)	7.174	1.066.124	(2.817)	1.063.307	1.070.481
	9.606	(2.432)	7.174	1.066.124	(2.817)	1.063.307	1.070.481
MOEDA ESTRANGEIRA							
Scotiabank 4131 (1ª série)	3.719	—	3.719	198.243	(565)	197.678	201.397
Scotiabank 4131 (2ª série)	4.110	—	4.110	384.425	(565)	383.860	387.970
Scotiabank 4131 (3ª série)	2.013	—	2.013	186.113	(565)	185.548	187.561
	9.842	—	9.842	768.781	(1.695)	767.086	776.928
Total da dívida	19.448	(2.432)	17.016	1.834.905	(4.512)	1.830.393	1.847.409

Controladora							
31/12/2022							
Circulante			Não circulante			Total circulante + não circulante	
Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
MOEDA NACIONAL							
Debêntures							
Debêntures - 1ª Emissão	41.370	(2.341)	39.029	1.060.422	(3.305)	1.057.117	1.096.146
	41.370	(2.341)	39.029	1.060.422	(3.305)	1.057.117	1.096.146
MOEDA ESTRANGEIRA							
Scotiabank 4131 (1ª série)	1.033	—	1.033	201.859	(495)	201.364	202.397
	1.033	—	1.033	201.859	(495)	201.364	202.397
Total da dívida	42.403	(2.341)	40.062	1.262.281	(3.800)	1.258.481	1.298.543



Notas Explicativas

	Consolidado								
	31/03/2023								
	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL									
Debêntures									
1ª Emissão - Tucano Holding II	—	—	—	—	333.335	30.157	(13.696)	349.796	349.796
1ª Emissão - Veleiros	—	—	—	—	400.000	9.869	(831)	409.038	409.038
1ª Emissão - Cajuína AB1	—	51.450	(1.843)	49.607	973.172	—	(51.754)	921.418	971.025
5ª Emissão - AES Operações	124.633	2.339	(1.432)	125.540	—	—	—	—	125.540
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	216.968	13.195	(2.318)	227.845	216.968	—	(94)	216.874	444.719
8ª Emissão - AES Operações	21.067	4.786	(1.331)	24.522	193.686	—	(5.493)	188.193	212.715
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	—	9.092	(469)	8.623	1.380.000	—	(1.320)	1.378.680	1.387.303
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	—	1.791	(3.220)	(1.429)	815.558	—	(17.206)	798.352	796.923
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	—	500	(900)	(400)	227.599	—	(4.830)	222.769	222.369
10ª Emissão - AES Operações	—	33.459	(474)	32.985	750.000	—	(2.509)	747.491	780.476
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	10.009	572	(254)	10.327	16.262	—	(444)	15.818	26.145
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	17.537	1.071	(242)	18.366	30.063	—	(423)	29.640	48.006
1ª Emissão AES Brasil Energia	—	9.606	(2.432)	7.174	1.066.124	—	(2.817)	1.063.307	1.070.481
Complexo Eólico Caetés	9.885	2.585	(519)	11.951	92.525	—	(1.972)	90.553	102.504
Complexo Eólico Araripe	7.845	2.766	(869)	9.742	97.395	—	(3.693)	93.702	103.444
Subtotal	407.944	133.212	(16.303)	524.853	6.592.687	40.026	(107.082)	6.525.631	7.050.484
Empréstimos e financiamentos									
BNDES - Complexo Ventus	26.824	646	(70)	27.400	149.768	—	(391)	149.377	176.777
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	11.099	2.779	(1.346)	12.532	130.754	—	(11.180)	119.574	132.106
Nota comercial - Complexo Eólico Cajuína	—	—	(2.635)	(2.635)	700.000	29.570	(606)	728.964	726.329
BNDES - Complexo Eólico Cassino	15.717	1.071	(817)	15.971	118.956	—	(5.989)	112.967	128.938
BNDES - Complexo Eólico Caetés	37.509	1.515	(2.789)	36.235	433.758	—	(22.546)	411.212	447.447
BNDES - Complexo Eólico Araripe	38.958	1.573	(3.195)	37.336	450.429	—	(25.823)	424.606	461.942
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.158	553	(1.637)	20.074	136.120	—	(8.843)	127.277	147.351
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	11.661	711	(169)	12.203	358.246	21.834	(2.827)	377.253	389.456
Outros	65.812	6.361	—	72.173	37.257	—	—	37.257	109.430
Subtotal	228.738	15.209	(12.658)	231.289	2.515.288	51.404	(78.205)	2.488.487	2.719.776
MOEDA ESTRANGEIRA									
Scotiabank 4131 (2020) AES Operações	—	—	—	—	591.166	—	—	591.166	591.166
Scotiabank 4131 (2021) AES Operações	—	—	—	—	708.173	—	—	708.173	708.173
Scotiabank 4131 (1ª série) AES Energia	—	3.719	—	3.719	198.243	—	(565)	197.678	201.397
Scotiabank 4131 (2ª série) AES Energia	—	4.110	—	4.110	384.425	—	(565)	383.860	387.970
Scotiabank 4131 (3ª série) AES Energia	—	2.013	—	2.013	186.113	—	(565)	185.548	187.561
Subtotal	—	9.842	—	9.842	2.068.120	—	(1.695)	2.066.425	2.076.267
Total da dívida	636.682	158.263	(28.961)	765.984	11.176.095	91.430	(186.982)	11.080.543	11.846.527

Notas Explicativas

	Consolidado								
	31/12/2022								
	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL									
Debêntures									
1ª Emissão - Tucano Holding II	—	—	—	—	326.142	24.314	(13.891)	336.565	336.565
1ª Emissão - Cajúna AB1	—	33.360	(1.780)	31.580	952.172	—	(52.177)	899.995	931.575
5ª Emissão - AES Operações	121.878	337	(1.889)	120.326	—	—	—	—	120.326
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	212.173	5.787	(2.806)	215.154	212.173	—	(601)	211.572	426.726
8ª Emissão - AES Operações	20.613	1.566	(1.356)	20.823	189.506	—	(5.797)	183.709	204.532
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	—	56.245	(464)	55.781	1.380.000	—	(1.438)	1.378.562	1.434.343
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	—	10.717	(3.155)	7.562	797.959	—	(18.034)	779.925	787.487
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	—	8.333	(882)	7.451	222.688	—	(5.063)	217.625	225.076
10ª Emissão - AES Operações	—	5.975	(462)	5.513	750.000	—	(2.632)	747.368	752.881
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	9.791	82	(254)	9.619	15.911	—	(508)	15.403	25.022
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	17.159	154	(242)	17.071	29.415	—	(483)	28.932	46.003
1ª Emissão AES Brasil Energia	—	41.370	(2.341)	39.029	1.060.422	—	(3.305)	1.057.117	1.096.146
Complexo Eólico Caetés	12.426	—	(519)	11.907	88.146	—	(2.075)	86.071	97.978
Complexo Eólico Araripe	10.423	—	(869)	9.554	92.944	—	(3.911)	89.033	98.587
Subtotal	404.463	163.926	(17.019)	551.370	6.117.478	24.314	(109.915)	6.031.877	6.583.247
Empréstimos e Financiamentos									
BNDES - Complexo Ventus	26.738	668	(70)	27.336	155.973	—	(408)	155.565	182.901
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.090	570	(1.637)	20.023	140.956	—	(9.200)	131.756	151.779
Nota comercial - Complexo Eólico Cajúna	—	—	(2.538)	(2.538)	700.000	3.630	(1.300)	702.330	699.792
BNDES - Complexo Eólico Cassino	16.691	—	(816)	15.875	122.678	—	(6.193)	116.485	132.360
BNDES - Complexo Eólico Caetés	36.616	—	(2.789)	33.827	443.525	—	(23.244)	420.281	454.108
BNDES - Complexo Eólico Araripe	38.031	—	(3.193)	34.838	460.572	—	(26.623)	433.949	468.787
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	11.099	1.889	(1.346)	11.642	130.754	—	(11.569)	119.185	130.827
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	6.559	267	(165)	6.661	326.356	13.294	(2.869)	336.781	343.442
Outros	158.251	15.191	—	173.442	41.668	594	—	42.262	215.704
Subtotal	315.075	18.585	(12.554)	321.106	2.522.482	17.518	(81.406)	2.458.594	2.779.700
MOEDA ESTRANGEIRA									
Scotiabank 4131 (2020) AES Operações	—	27	—	27	605.547	—	—	605.547	605.574
Scotiabank 4131 (2021) AES Operações	—	3.597	—	3.597	720.515	—	—	720.515	724.112
Scotiabank 4131 (1ª série) AES Energia	—	1.033	—	1.033	201.859	—	(495)	201.364	202.397
Subtotal	—	4.657	—	4.657	1.527.921	—	(495)	1.527.426	1.532.083
Total da dívida	719.538	187.168	(29.573)	877.133	10.167.881	41.832	(191.816)	10.017.897	10.895.030

Para o empréstimo em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação. Para esta dívida, existe swap, demonstrado na nota explicativa nº 30.1.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

15.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Moeda estrangeira	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.096.146	202.397	1.298.543	6.583.247	2.779.700	1.532.083	10.895.030
Ingressos	7.029	571.113	578.142	407.029	36.989	571.114	1.015.132
Encargos financeiros	40.475	8.809	49.284	187.487	67.294	14.035	268.816
Variação cambial	—	(3.696)	(3.696)	—	—	(30.420)	(30.420)
Variação monetária	—	—	—	69.275	2.119	—	71.394
Pagamento de principal	(1.327)	—	(1.327)	(1.327)	(132.678)	—	(134.005)
Pagamento de encargos financeiros	(72.240)	—	(72.240)	(198.433)	(37.094)	(8.850)	(244.377)
Diferimento dos custos de transação	—	—	—	(983)	—	(1.695)	(2.678)
Amortização dos custos de transação	398	(1.695)	(1.297)	4.189	3.446	—	7.635
Saldos em 31 de março de 2023	1.070.481	776.928	1.847.409	7.050.484	2.719.776	2.076.267	11.846.527

Notas Explicativas

15.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos emitidos em 2023 estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Controladora	Scotiabank 4131 (2ª série)	383.363	01/01/2023	CDI + 1,60%	Semestral	Parcela única no vencimento	387.970	17/01/2025	Reforço de caixa e liquidez.
Controladora	Scotiabank 4131 (3ª série)	187.750	01/01/2023	CDI + 1,65%	Semestral	Parcela única no vencimento	187.561	17/01/2025	Reforço de caixa e liquidez.
Veleiros	1ª Emissão - Debêntures	400.000	27/01/2023	CDI + 1,65%	Parcela única no vencimento	Parcela única no vencimento	409.038	27/07/2024	Financiamento do Complexo Edício Cajuína.

Para o período findo em 31 de março de 2023, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

15.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora e Consolidado		Controladora				Consolidado			
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023		31/12/2022		31/03/2023		31/12/2022	
	Indexador		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional										
CDI (índice do último dia útil do período)	13,65%	13,65%	1.075.730	58,01	1.101.792	84,45	3.977.851	32,98	3.997.642	35,96
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	4,65%	7,17%	—	—	—	—	4.262.480	35,34	3.813.359	34,30
TJLP (índice do último dia útil do período)	7,37%	7,01%	—	—	—	—	1.421.356	11,78	1.464.108	13,17
Pré-fixado	2,55%	2,55%	—	—	—	—	322.821	2,68	308.732	2,78
Moeda estrangeira										
Dólar (taxa do último dia útil do período)	5,0804	5,4100	778.623	41,99	202.892	15,55	2.077.962	17,22	1.532.578	13,79
Total			1.854.353	100,00	1.304.684	100,00	12.062.470	100,00	11.116.419	100,00

15.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora				Consolidado					
	Debêntures	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Encargos	Custos de transação	Total
2024	—	197.669	(3.933)	193.736	749.717	852.765	197.669	70.380	(25.004)	1.845.527
2025	1.066.124	571.112	(579)	1.636.657	1.181.633	193.385	866.695	1.024	(22.639)	2.220.098
2026	—	—	—	—	791.209	187.484	826.713	1.034	(22.021)	1.784.419
2027	—	—	—	—	1.899.848	197.963	177.043	1.077	(20.623)	2.255.308
2028	—	—	—	—	415.639	209.441	—	1.129	(16.991)	609.218
2029 em diante	—	—	—	—	1.554.641	874.250	—	16.786	(79.704)	2.365.973
	1.066.124	768.781	(4.512)	1.830.393	6.592.687	2.515.288	2.068.120	91.430	(186.982)	11.080.543

Notas Explicativas

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo arrendado é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.529	180.221
Ingressos	—	156
Remensuração (i)	(150)	(1.000)
Encargos financeiros	57	3.560
Pagamento de encargos financeiros	(57)	(3.515)
Pagamento de principal	(243)	(3.695)
Saldo em 31 de março de 2023	2.136	175.727

(i) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

	Nota	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE			
2023	21	1.008	3.364
2024		362	4.021
Subtotal		1.370	7.385
NÃO CIRCULANTE			
2024		766	4.090
2025		—	7.253
2026		—	7.781
2027		—	8.426
2028		—	11.866
Após 2028		—	128.926
Subtotal		766	168.342
Total		2.136	175.727

Notas Explicativas

17 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

17.1 Ativos e passivos atuariais

Nota	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações atuariais	599.061	596.551
Valor justo dos ativos do plano	(494.726)	(494.726)
Subtotal passivo registrado com previdência privada	104.335	101.825
Valor presente das obrigações atuariais	9.244	8.865
Subtotal passivo registrado com programa de incentivo à aposentadoria	9.244	8.865
Total das obrigações com benefícios pós-emprego	113.579	110.690

17.2 Despesas reconhecidas no resultado do período

Nota	Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022
Juros sobre a obrigação atuarial	14.836	13.206
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(12.326)	(10.500)
Subtotal das despesas benefício definido	2.510	2.706
Contribuição definida	1.285	772
Total da despesa com entidade de previdência privada	3.795	3.478
Custo dos serviços correntes	175	162
Juros sobre a obrigação atuarial	204	174
Total das despesas programa de incentivo à aposentadoria	379	336
Total das despesas com benefícios pós-emprego	4.174	3.814

17.3 Movimentações do passivo registrado

Nota	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	110.690	133.836
Despesa do período com previdência privada	2.791	12.167
Despesa do período com Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA)	379	—
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)	—	(32.038)
Pagamentos de contribuições	(281)	(3.275)
Saldo no final do período	113.579	110.690

Notas Explicativas

18. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS**18.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável**

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Trabalhista (a)	1.656	2.683	2.163	1.431
Meio ambiente (b)	2.559	2.566	—	—
Regulatório (c)	59.264	58.910	—	—
Fiscal (d)				
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.450	6.384	—	—
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	22.591	19.164	20.798	18.544
Cível (e)	204	5.741	84	4.849
Total	92.724	95.448	23.045	24.824
Circulante	25.753	23.498		
Não Circulante	66.971	71.950		
Total	92.724	95.448		

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$ 27.573 em 31 de março de 2023 (R\$ 25.224 em 31 de dezembro de 2022), e estão demonstrados a seguir de acordo com a classificação de probabilidade de perda dos processos aos quais estão vinculados:

	Consolidado							
	31/03/2023				31/12/2022			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	2.163	65	189	2.417	1.431	64	227	1.722
Fiscal	20.798	—	—	20.798	18.544	—	—	18.544
Cível	84	73	—	157	82	62	—	144
Imobiliárias	—	3.877	324	4.201	4.767	47	—	4.814
	23.045	4.015	513	27.573	24.824	173	227	25.224

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.683	2.566	58.910	25.548	5.741	95.448
Provisão	—	—	—	1.982	—	1.982
Reversão de provisão	—	(7)	—	—	(1.250)	(1.257)
Atualização monetária	40	—	354	1.511	158	2.063
Reversão de atualização monetária	—	—	—	—	(4.445)	(4.445)
Pagamentos	(1.067)	—	—	—	—	(1.067)
Saldos em 31 de março de 2023	1.656	2.559	59.264	29.041	204	92.724

(a) Trabalhistas: Existem 82 processos (80 em 31 de dezembro de 2022) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas

Notas Explicativas

extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 11 processos (12 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de março de 2023, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$ 1.656 (R\$ 2.683 em 31 de dezembro de 2022).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2024 e 2025.

- (b) Meio ambiente: Existem 104 processos (105 em 31 de dezembro de 2022) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a controlada direta AES Operações no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Operações avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 90 demandas (91 em 31 de dezembro de 2022), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à controlada direta AES Operações e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$ 2.559 (R\$ 2.566 em 31 de dezembro de 2022).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2024 e 2025.

- (c) Regulatório: Despacho nº 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a controlada direta AES Operações como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a controlada direta AES Operações teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a controlada direta AES Operações restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a controlada direta AES Operações apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 31 de março de 2023 corresponde a R\$ 59.264 (R\$ 58.910 em 31 de dezembro de 2022).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2024.

- (d) Fiscal:
- (d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a controlada direta AES Operações foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Operações avaliaram que de um total de R\$ 141.757 (R\$ 140.332 em 31 de dezembro de 2022) envolvidos na discussão, R\$ 6.450 (R\$ 6.384 em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2022) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2025.

- (d.2) A controlada direta AES Operações discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não existia decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a controlada direta AES Operações estava obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A controlada direta AES Operações registrou provisão que, atualizada até 31 de março de 2023, corresponde a R\$ 22.591 (R\$ 19.164 em 31 de dezembro de 2022) e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado até 31 de março de 2023 de R\$ 20.798 (R\$ 18.544 em 31 de dezembro de 2022). Além disso, por se tratar de obrigação legal, a controlada direta AES Operações efetuou provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento será aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2024.

- (e) Cível:

Em 13 de dezembro de 2002, foi apresentada ação judicial em face da controlada direta AES Operações e da Companhia Energética de São Paulo - CESP, visando o reconhecimento do direito a indenização por danos morais e materiais em decorrência do falecimento do pai da autora por eletrocussão no reservatório de Caconde-SP, ocorrido em 13 de maio de 1984. Em julho de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses das Rés. Em decorrência, foram interpostos recursos de apelação. Em julho de 2013, foi proferida decisão de 2ª instância dando parcial provimento aos recursos, apenas para reduzir os valores relativos a condenação por dano moral. Em maio de 2020, foi iniciada a fase de cumprimento de sentença. No entanto, a CESP apresentou petição nos autos informando que o recurso especial por ela interposto estava pendente de julgamento e, que, portanto, o cumprimento de sentença deveria ser suspenso. Neste sentido, em junho de 2020, foi deferida a liminar pleiteada pela controlada direta AES Operações para suspender o cumprimento de sentença até decisão final do recurso interposto pela CESP. Em julho de 2021, foi proferida decisão que inadmitiu o recurso da CESP. Em março de 2023, tornou-se definitiva decisão desfavorável aos interesses dos réus, tendo sido determinado o pagamento de condenação, no valor de R\$ 5.587. No entanto, nos termos do que determina o protocolo de cisão celebrado quando da privatização, a CESP é exclusivamente responsável por atos e fatos ocorridos até 31 de março de 1999. Neste sentido, a CESP efetuou o pagamento integral da condenação, de modo que o caso está definitivamente encerrado.

18.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A controlada direta AES Operações está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da controlada direta AES Operações e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	102.550	100.032
Regulatório (c)	59.264	51.619
Fiscal (d)	762.234	737.538
Total	924.048	889.189

Notas Explicativas

A seguir, a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da controlada direta AES Operações, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a controlada direta AES Operações se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a controlada direta AES Operações apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a controlada direta AES Operações informou quanto a necessidade de a CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a controlada direta AES Operações foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a controlada direta AES Operações apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da controlada direta AES Operações avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela controlada direta AES Operações. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a controlada direta AES Operações apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e
- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a controlada direta AES Operações possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e a controlada direta AES Operações, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da controlada direta AES Operações, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à controlada direta AES Operações: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A controlada direta AES Operações recorreu da decisão liminar, buscando

Notas Explicativas

suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à controlada direta AES Operações no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela controlada direta AES Operações e, consequentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Cível:

- (b.1) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a controlada direta AES Operações, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a controlada direta AES Operações, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a controlada direta AES Operações apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada direta AES Operações terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$13.346, atualizado até 31 de março de 2023 (R\$12.868 em 31 de dezembro de 2022).

- (b.2) Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A" (vide nota explicativa nº 18.1 (e)). Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10%, em virtude do não pagamento do débito no prazo de 15 dias úteis da efetiva citação. Como as citações não foram efetivamente recebidas pelas 15 SPE's, após o pagamento integral do débito executado, em 30 de abril de 2019, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, com o objetivo de afastar a cobrança dos valores relativos a multa e honorários. Em 24 de junho de 2019, foi proferida sentença de 1º instância que afastou a cobrança dos valores referentes a multa e honorários. Em decorrência, em 25 de setembro de 2019, o Consórcio MGT interpôs recurso de apelação. Em 16 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento a apelação do MGT. Em decorrência, o MGT opôs embargos de declaração. Em 10 de junho de 2021 foi proferida a decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo MGT. Em face dessa decisão foi interposto recurso especial, o qual teve provimento negado em 22 de outubro de 2022. Em virtude de acordo celebrado entre as partes, a Companhia foi definitivamente exonerada do pagamento dos valores relativos a multa e honorários. Com isso, em Janeiro de 2023, a discussão de mérito foi definitivamente encerrada e expedido mandado de levantamento de valores depositados a maior nos autos do processo.

- (b.3) Processo ANEEL: Refere-se ação judicial proposta pelas SPE's do Complexo Eólico Ventus, visando a anulação dos efeitos do Despacho da ANEEL nº 1.388/2014, especificamente em relação ao trecho que estipula, em caráter retroativo, o início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Esta alteração retroativa acarretou na recontabilização da energia faturada pelas empresas, entre fevereiro e maio de 2014, no âmbito do respectivo CER, resultando em um saldo no valor de R\$77.561, atualizado até 31 de março de 2023 (R\$76.030 em 31 de dezembro de 2022), em favor da CCEE, que equivale à diferença entre o valor da energia previsto no CERs e o valor da energia no PLD à época. Inicialmente foi deferida liminar para suspender os efeitos do despacho em questão. Posteriormente, foi proferida sentença de primeira instância desfavorável aos interesses das SPE's do Complexo Eólico Ventus. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação e requerido o efeito suspensivo ao referido recurso. Foi concedido efeito suspensivo ativo para suspender a parte do referido despacho quanto ao efeito retroativo do início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a

Notas Explicativas

responsabilidade pelo pagamento da condenação será da J. Malucelli Energia S.A, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.

(c) Regulatório:

- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da controlada direta AES Operações de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a controlada direta AES Operações não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a controlada direta AES Operações recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela controlada direta AES Operações. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobras e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a controlada direta AES Operações aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em maio de 2020, suportada por parecer elaborado pelo escritório que patrocina a causa, a controlada direta AES Operações Energia entendeu não ser mais necessária a manutenção da provisão relativa ao caso, em virtude do fato de não ser mais provável o desembolso de caixa dos valores. Dessa forma, em maio de 2020, foi realizada a reversão total da provisão no valor de R\$54.368 (valor maio de 2020), sendo R\$22.573 de principal e R\$31.795 de variação cambial. O processo continua em andamento. Em que pese não existir mais provisão relativa ao caso em questão, em 31 de março de 2023, o montante em discussão totaliza a importância de R\$59.264 (R\$51.619 em 31 de dezembro de 2022).

(d) Fiscal:

- (d.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se às intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (c.1) da nota explicativa nº 18.1 sendo estimado como perda possível R\$135.307 de um total de R\$141.757 (R\$133.948 de um total de R\$140.332 em 31 de dezembro de 2022). Em 19 de abril de 2017, a controlada direta AES Operações foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até 31 de março de 2023 em R\$ 46.731. Em 27 de abril de 2017, a controlada direta AES Operações interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. Em 09 de dezembro de 2021, foi proferida decisão parcialmente favorável em Segunda Instância Administrativa. Tal decisão foi proferida em um dos 4 processos administrativos, que discute débitos de IRPJ relativos ao calendário 2003. Assim, do montante total cobrado pelo Fisco (R\$ 51.359), foi reduzida a importância de R\$ 29.614. Em face desta decisão, ambas as partes podem interpor recurso especial. No tocante às outras duas compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela controlada direta AES Operações perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2025.
- (d.2) Auto de infração – ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 175.654 atualizado até 31 de março de 2023 (R\$ 173.104 em 31 de dezembro de 2022). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da AES Operações

Notas Explicativas

de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à controlada direta AES Operações. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a controlada direta AES Operações ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Operações em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

- (d.3) Auto de infração – Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela controlada direta AES Operações, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à controlada direta AES Operações. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial. Em fevereiro de 2022, foi proferida decisão da Câmara Superior do CARF que deu provimento ao Recurso Especial interposto pela controlada direta AES Operações e, consequentemente, cancelou integralmente a autuação. Em decorrência, a Procuradoria opôs embargos de declaração, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado até 31 de março de 2023 é de R\$ 10.533 (R\$ 10.374 em 31 de dezembro de 2022).
- (d.4) Auto de Infração IRPJ – Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a controlada direta AES Operações, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da controlada direta AES Operações. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Em Abril/2022, foi proferida decisão ainda não publicada, que cancelou o valor de R\$ 1.580 do montante total discutido no Auto de Infração. Atualmente, a controlada direta AES Operações

Notas Explicativas

aguarda o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da controlada direta AES Operações, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a controlada direta AES Operações apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 31 de março de 2023 é de R\$18.512 (R\$18.279 em 31 de dezembro de 2022).

- (d.5) Auto de infração – ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 378.257 atualizado até 31 de março de 2023. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, foi verificado que a parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$ 378.257, R\$ 108.551 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$ 269.707 atribuíveis à controlada direta AES Operações. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a controlada direta AES Operações notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da controlada direta AES Operações. A decisão em questão exonerou o montante de R\$ 60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Segundo os assessores legais da controlada direta AES Operações, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.
- (d.6) Auto de infração – ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 121.310 atualizado até 31 de março de 2023 (R\$118.522 em 31 de dezembro de 2022). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações, ocorrida entre 2013 e 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.
- (d.7) Execução Fiscal – PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 a 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a controlada direta AES Operações discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à controlada direta AES Operações e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 31 de março de 2023 é de R\$9.757 (R\$9.607 em 31 de dezembro de 2022).
- (d.8) Execução Fiscal Iturama: Refere-se à execução fiscal ajuizada pela Prefeitura de Iturama, a qual objetiva a cobrança de pretensos débitos de Imposto sobre Serviços (“ISS”) sobre serviços realizados na Usina Água Vermelha, localizada no Município de Ouroeste/SP e cobrança de multa

Notas Explicativas

diária por não obtenção de alvará de localização e funcionamento no Município de Iturama. Em agosto de 2017, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em setembro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em decorrência, a controlada direta AES Operações interpôs o recurso de apelação. Em abril de 2022, foi proferida decisão de 2ª instância que deu provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Operações e, consequentemente, anulou a sentença por falta de fundamentação. Tendo em vista que o Município não interpôs recurso, a decisão tornou-se definitiva. Com isso, o processo foi remetido para a primeira instância para que seja proferida nova sentença. O valor atualizado até 31 de março de 2023 é de R\$6.073 (R\$ 5.843 em 31 de dezembro de 2022).

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

A Companhia e suas controladas possuem cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

		Consolidado				
		31/03/2023		31/12/2022		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	11	224.768	0,17% a 0,60%	10	372.799	0,17% a 2,80%
Cível	5	68.398	0,20% a 1,00%	2	65.561	0,35% a 1,00%
	16	293.166		12	438.360	

19. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referem-se a encargos setoriais relacionados ao setor de energia, que são definidos e cobrados pela agência reguladora (ANEEL).

Consolidado		
	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	13.903	8.671
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	4.473	3.126
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	696	730
Ministério de minas e energia	348	365
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	209	229
Taxa de fiscalização ANEEL	2.554	1.134
Total	22.183	14.255

Notas Explicativas

20. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES**a) A composição das obrigações de aquisições é a seguinte:**

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		
Complexo Eólico Cajuína	73.329	35.528
Complexo Eólico Tucano	307	5.798
Complexo Eólico São Ricardo	25.256	24.473
Complexo Eólico Serra Verde	74.462	72.155
Subtotal	173.354	137.954
NÃO CIRCULANTE		
Complexo Eólico Cajuína	—	35.528
Complexo Eólico São Ricardo	74.931	72.609
Subtotal	74.931	108.137
Total	248.285	246.091

(b) Movimentação das obrigações de aquisições

A movimentação das obrigações de aquisição no período findo em 31 de março de 2023 é como segue:

	Consolidado				
	Complexo Eólico Cajuína	Complexo Eólico Tucano	Complexo Eólico São Ricardo	Complexo Eólico Serra Verde	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	71.056	5.798	97.082	72.155	246.091
Atualização monetária	2.273	89	3.105	2.307	7.774
Pagamentos	—	(5.580)	—	—	(5.580)
Saldos em 31 de março de 2023	73.329	307	100.187	74.462	248.285

Notas Explicativas

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Participação nos lucros e resultados		—	—	5.655	18.859
Férias		—	—	12.985	12.577
Encargos sociais sobre férias e gratificações		—	—	4.962	4.586
Bônus		780	3.092	1.162	3.254
Meio ambiente		—	—	1.484	1.994
Passivo de arrendamento	16	1.370	1.363	7.385	8.509
Imposto de renda sobre folha de pagamento		1.230	151	6.273	2.712
Adiantamento de clientes		—	—	3.187	2.824
Demais obrigações		116	100	10.314	11.176
Subtotal		3.496	4.706	53.407	66.491
NÃO CIRCULANTE					
		Controladora		Consolidado	
		31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Provisões para desmobilização (i)		—	—	187.031	185.634
Meio ambiente		—	—	11.160	10.958
Obrigações especiais		—	—	931	1.024
Opção de recompra de participação acionária (ii)		—	—	13.931	13.489
Retenções contratuais (iii)		—	—	6.196	7.655
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)		—	—	7.674	8.692
Demais obrigações		454	280	15.535	16.993
Subtotal		454	280	242.458	244.445
Total		3.950	4.986	295.865	310.936

(i) Em março de 2022, a Companhia remensurou a estimativa da provisão e utilizou como base para a taxa de desconto a média da Taxa Selic projetada até o período de desmobilização. Esta projeção a longo prazo se faz necessária para evitar flutuações significativas ao longo dos períodos, uma vez que a realização desta provisão se dará somente no final da autorização. Dessa forma, houve uma atualização de R\$ 1.397.

(ii) O montante de R\$ 13.931 refere-se ao valor presente da opção de venda de participação acionária, prevista em cláusula contratual firmado entre a controlada indireta Tucano Holding I e a BRF S.A. ("BRF"), em 14 de março de 2022 que, em algumas situações, a Companhia não tem como evitar o exercício da opção caso a BRF opte por exercer. O PPA tem vigência de 15 anos, iniciando em 2024 e finalizando em 2038.

O valor presente da obrigação contratual foi registrado como outras obrigações. A diferença entre o valor futuro do desembolso e a obrigação foi registrada como ajuste de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes.

(iii) refere-se à retenção de 10% sobre as parcelas faturadas de determinados contratos de fornecedores. Essa retenção representa uma garantia da empresa e será paga no término da obra.

A movimentação da provisão para desmantelamento é como segue:

	Movimentação Consolidada
Saldos em 31 de dezembro de 2022	185.634
Atualização	1.397
Saldos em 31 de março de 2023	187.031

Notas Explicativas

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social autorizado é de R\$ 4.600.000 totalmente composto por ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (R\$ 4.600.000 em 31 de dezembro de 2022).

O capital subscrito da Companhia em 31 de março de 2023 é de R\$ 2.196.958 (R\$ 2.196.958 em 31 de dezembro de 2022), representado em 601.927.311 ações ordinárias, nominativas e escriturais.

A seguir está apresentada a composição acionária em unidades de ações da Companhia:

	31/03/2023		31/12/2022	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil S.A.	174.810.572	29,04	176.705.117	29,36
AES Holdings Brasil II S.A.	110.012.802	18,28	110.012.802	18,28
BNDESPar	42.030.280	6,98	40.482.314	6,73
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	40.942.224	6,80	40.722.917	6,77
Outros	234.131.433	38,90	234.004.161	38,87
Total das ações	601.927.311	100,00	601.927.311	100,00

Conforme publicado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou um aumento de capital em função da capitalização da reserva especial do ágio, conforme descrito na nota explicativa 23.2. Este processo resultou na emissão de 3.221.370 novas ações ordinárias que, em 31 de dezembro de 2022, eram temporariamente detidas pela AES Holdings Brasil S.A. antes de serem parcialmente transferidas, em janeiro de 2023, aos minoritários que subscreveram a estas ações. Em 31 de janeiro de 2023, após a conclusão da operação, outras 1.547.966 ações foram transferidas ao BNDESPar, na proporção e nos termos do Contrato de Cessão de Diretos celebrado entre a AES Holdings Brasil e a BNDESPar.

22.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022
Reservas de capital:		
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678
Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada	(30.957)	(30.957)
Ações e opções de ações outorgadas (a)	1.628	1.388
Custo na emissão de ações	(18.230)	(18.230)
Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	(38.375)	(38.375)
Subtotal	1.259.346	1.259.106
Outros resultados abrangentes:		
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	(119.824)	(119.824)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	(109.365)	(96.456)
Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	23.788	23.788
Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	(31.668)	(39.603)
Hedge de fluxo de caixa	(12.969)	(1.886)
Opção de recompra de participação acionária	77.728	78.343
Subtotal	(172.310)	(155.638)
Reservas de lucro:		
Reserva de investimentos	985.059	985.059
Reserva legal	31.022	31.022
Reserva de lucros a realizar	74.671	74.671
Subtotal	1.090.752	1.090.752
Total	2.177.788	2.194.220

- (a) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após o

Notas Explicativas

aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

22.2 Participação de acionistas não controladores

O saldo em 31 de março de 2023 de R\$ 1.125.909 (R\$1.182.617 em 31 de dezembro de 2022) é composto basicamente pela controlada indireta Guaimbê Holding, sendo o acionista não controlador o Itaú Unibanco S.A., com participação de 23,41% em suas ações preferenciais no montante de R\$ 1.102.117 (R\$ 1.158.659 em 31 de dezembro de 2022) e pela controladora indireta Veleiros Holding, sendo o acionista não controlador Unipar, com a participação de 49,50%, no montante de R\$ 23.006 (R\$ 23.134 em 31 de dezembro de 2022).

Em 30 de janeiro de 2023, conforme ata AGE realizada em 28 de novembro de 2022, a controlada indireta Guaimbê Holding reduziu o capital social por considerá-lo excessivo nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, no valor de R\$ 440.907 dos quais R\$ 337.691 foram restituídos para a controlada direta AES Operações e R\$ 103.216 ao não controlador Itaú Unibanco S.A., sem alteração no seu percentual de participação em suas ações preferenciais.

23. RESULTADO POR AÇÃO

23.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

	Controladora	
	31/03/2023	31/03/2022
Numerador:		
Resultado líquido do período	13.934	37.075
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	601.927	492.106
Resultado básico por ação (R\$ por ação)	0,02315	0,07534

23.2 Demonstração do cálculo do resultado por ação - diluído

A controlada direta AES Operações possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$ 128.609 (R\$ 128.609 em 31 de dezembro de 2022), que poderá ser capitalizada em favor de sua Controladora indireta AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR. Será garantido aos demais acionistas da Companhia a participação nesse aumento de capital pelo direito de preferência, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações da Companhia a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas da Companhia reduziria de 45,70% para 44,74% em 31 de março de 2023, considerando os preços das ações nesta mesma data.

Notas Explicativas

	Controladora	
	31/03/2023	31/03/2022
Numerador:		
Resultado líquido do período	13.934	37.075
Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	601.927	492.106
Número de ações potenciais (i)	12.939	10.682
Número de ações ordinárias - diluído	614.866	502.788
Resultado diluído por ação (R\$ por ação)	0,02266	0,07374

(i) Considerando as ações a serem emitidas proporcionalmente às existentes em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado			
	31/03/2023		31/03/2022	
	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Contratos bilaterais	2.917.576	634.935	3.349.514	610.376
Mercado de curto prazo				
MRE	654.440	9.553	211.801	2.974
SPOT	55.171	3.745	200.292	11.388
Outros	—	4.192	—	3.707
Contratos de energia eólicos	539.570	157.378	417.654	94.751
Contratos de energia solares	142.278	49.623	153.990	47.242
Contratos de comercialização energia (ii)	495.922	45.723	—	—
Marcação a mercado de instrumentos financeiros (ii)	—	9.285	—	—
Outras receitas	—	29.947	—	1.419
Receita operacional bruta	4.804.957	944.381	4.333.251	771.857
PIS e Cofins	—	(77.395)	—	(64.204)
CFURH	—	(19.979)	—	(14.379)
ICMS e outros	—	(55.695)	—	(11.068)
Pesquisa e desenvolvimento	—	(5.049)	—	(5.386)
Receita operacional líquida	4.804.957	786.263	4.333.251	676.820

(i) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(ii) Referem-se às compras e vendas de energia elétrica da controlada AES Comercializadora e à marcação a mercado dos seus contratos em aberto em 31 de março de 2023 (conforme CPC 47 do IFRS). A curva de preços de mercado é composta de informações publicadas por instituições isentas: balcão de comercialização de energia elétrica do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE) e a curva de preços de mercado da DCIDE.

25. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

Notas Explicativas

	Consolidado			
	MWh (i)	31/03/2023	MWh (i)	31/03/2022
Custo de produção e operação de energia				
Contratos bilaterais	586.909	(134.377)	881.026	(196.320)
Mercado de curto prazo				
MRE	4.462	141	140.018	(2.119)
SPOT	29.093	(2.007)	994.528	(8.102)
Outros	—	(116)	—	(4.102)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(73.613)	—	(62.563)
Taxa de fiscalização ANEEL	—	(4.373)	—	(3.699)
Contratos de comercialização energia	317.073	(32.984)	—	—
Crédito de PIS e Cofins	—	20.915	—	31.732
Subtotal	937.537	(226.414)	2.015.572	(245.173)
Custo da operação				
Pessoal e administradores	—	(27.929)	—	(22.866)
Benefícios pós-emprego	—	(951)	—	(751)
Serviços de terceiros	—	(45.392)	—	(40.033)
Material	—	(17.303)	—	(5.157)
Depreciação e amortização	—	(153.302)	—	(123.362)
Seguros	—	(9.859)	—	(9.351)
Arrendamentos e aluguéis	—	(1.015)	—	(735)
Contribuições setoriais	—	(1.820)	—	(1.155)
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	—	(3.990)	—	(735)
Outras receitas (custos) operacionais	—	2.745	—	(361)
Subtotal	—	(258.816)	—	(204.506)
Total	937.537	(485.230)	2.015.572	(449.679)

(i) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

26. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Pessoal e administradores	(5.027)	(3.567)	(27.307)	(21.686)
Benefícios pós-emprego	(8)	8	(509)	(175)
Serviços de terceiros	(2.151)	(1.078)	(19.134)	(25.103)
Material	(18)	—	(534)	(1.738)
Depreciação e amortização	(344)	—	(2.468)	(2.217)
Total	(7.548)	(4.637)	(49.952)	(50.919)

27. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Baixa no contas a receber de venda de controlada (i)	9i	—	—	(22.998)	(1.200)
Seguros		40	(181)	(813)	(181)
Arrendamentos e aluguéis (ii)		(10)	—	23	—
Ajuste de preço do Complexo Solar Guaimbê Holding		—	—	—	(727)
Contribuições setoriais		(90)	—	(111)	—
Provisão para processos judiciais e outros, líquida (iii)		—	—	14.966	123
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		—	—	(113)	—
Outros		—	(209)	449	794
Total		(60)	(390)	(8.597)	(1.191)

(i) Conforme descrito na nota explicativa 9i, o saldo refere-se ao impacto da reavaliação do contas a receber da venda da AES Tietê Inova para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil.

(ii) Inclui arrendamentos com prazo inferior a 12 meses ou contratos de baixo valor.

(iii) Refere-se ao recebimento de ativo contingente relativo ao ganho em arbitragem sobre recomposição tarifária extraordinária (RTE) de energia livre.



Notas Explicativas

Notas Explicativas

28. RESULTADO FINANCEIRO

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	26.631	4.909	150.505	50.598
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	—	—	(1.520)	1.097
Atualização de créditos tributários	—	—	105	1.959
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	—	—	8.576	5.522
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.237)	(228)	(7.753)	(2.195)
Outras	2	—	178	560
Derivativo embutido	—	—	—	21.237
Marcação a mercado de derivativos	—	—	—	3.025
Outras receitas cambiais - Partes relacionadas	29	—	214	—
Outras receitas cambiais	20	—	71	127
Total	25.416	4.681	150.376	81.930
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas e amortização dos custos de transação	(65.514)	(24.588)	(337.822)	(145.316)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	15	—	(71.394)	(57.080)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	29	—	(2.714)	(2.880)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	20	—	(7.774)	(6.735)
Juros capitalizados no imobilizado/intangível em curso	—	—	138.144	65.881
Juros sobre passivos de arrendamento	16	(57)	(3.560)	(2.197)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(6)	—	2.382	(3.197)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	416	—	2.858	(5.473)
Atualização monetária de ressarcimento	8	—	(6.134)	(12.835)
Outras	(4)	(115)	(7.619)	(1.747)
Variações Cambiais:				
Marcação a mercado de derivativos	—	—	—	(3.547)
Operações de swap	—	—	(1.027)	(1.756)
Outros	(6)	—	(470)	(7)
Total	(65.171)	(24.703)	(295.130)	(176.889)
Total Líquido	(39.755)	(20.022)	(144.754)	(94.959)

29. PARTES RELACIONADAS

Notas	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Ativo		
Contas a receber		
Complexo Tucano	4	187
Outros ativos:		
Contas a receber - Complexo Tucano (i)	7.329	7.106
Alocação de custos - Complexo Tucano	—	709
Subtotal	9	7.815
Total do ativo	7.516	7.819
Passivo		
Fornecedores		
Materiais e Serviços - Pagamento de despesas para a AES Corp. (ii)	13	3.965
Subtotal	7.468	3.965
Obrigações com entidade de previdência privada		
Obrigações com benefícios pós-emprego (iii)	17	101.825
Subtotal	104.335	101.825
Total do passivo	111.803	105.790

Notas Explicativas

		Consolidado	
	Notas	31/03/2023	31/03/2022
Resultado			
Custo de produção e operação de energia			
Big Sky (ii)	25	(7.782)	(7.839)
Gerais e administrativas			
Big Sky (ii)		(175)	(162)
Resultado financeiro			
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iii)	17 e 28	(2.714)	(2.880)
Variação cambial Big Sky (ii)		214	3.025
Total do resultado		(10.457)	(7.856)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a controlada direta AES Operações celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Tucano Holding III, *joint venture* do grupo, onde a controlada direta AES Operações será responsável pela prestação desse serviço durante um prazo 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.
- (ii) Prestação de serviços e soluções, realizados pela AES Big Sky LLC, subsidiária da AES Corp, relacionados à implementação da estratégia digital (Digital Transformation) da controlada direta AES Operações. O contrato possui vigência até dezembro de 2025.
- (iii) A controlada direta AES Operações é parte integrante do Conselho Deliberativo da VIVEST, possuindo influência significativa na Administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

29.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta Administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Benefícios de curto prazo	3.124	—	3.231	3.032
Benefícios pós-emprego	107	—	107	100
Outros benefícios de longo prazo	222	—	222	30
Remuneração baseada em ações (i)	241	—	241	186
Total	3.694	—	3.801	3.348

- (i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp. outorgadas à alta Administração.

A transferência dos conselheiros de administração e diretores estatutários para a AES Brasil ocorreu em novembro de 2022. Por esse motivo não há saldos comparativos na Controladora.

Notas Explicativas

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

30.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

		Consolidado				
		31/03/2023		31/12/2022		
Notas	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	3	15.210	15.210	58.021	58.021	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	3	Nível 2	22.583	137.851	137.851	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	Nível 2	3.908.692	3.587.700	3.587.700	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4		347.996	335.767	335.767	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	8		25.578	25.231	25.231	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	Nível 2	104.682	69.841	69.841	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	7		630.809	615.021	615.021	Custo amortizado
Total		5.055.550	5.055.550	4.829.432	4.829.432	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	13		293.744	259.324	259.324	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15		9.770.260	9.362.947	9.715.280	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	15		2.076.267	1.532.083	1.532.083	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	8		823.162	731.620	731.620	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	16 e 21		175.727	180.221	180.221	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	Nível 2	270.028	244.832	244.832	Designado para hedge de fluxo de caixa
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	Nível 2	87.618	62.061	62.061	Valor justo por meio do resultado
Obrigações de aquisições	20		248.285	246.091	246.091	Custo amortizado
Opção de recompra de participação acionária	21		13.931	13.489	13.489	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			286	286	286	Custo amortizado
Total		13.759.308	13.156.748	12.632.954	12.985.287	

Durante o período findo em 31 de março de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco nível 3.

Instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição a: (i) risco cambial dos empréstimos captados no exterior por meio de *swaps*, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI. As operações abaixo se qualificam como *hedge accounting* e estão classificados como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Saldos de instrumentos derivativos em aberto em 31 de março de 2023:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Valor Nominal (moeda estrangeira)	Efeito do MTM no Patrimônio Líquido
29/12/2020	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	116.122	(5.838)
31/03/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	138.169	(6.238)
25/11/2022	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (ii)	38.685	2.362
17/01/2023	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (iii)	75.000	9.625
17/01/2023	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (iii)	36.315	4.805
Subtotal moeda estrangeira					404.291	4.716

(i) A controlada direta AES Operações contratou operações de derivativo de *swap* de câmbio, no valor *nominal* de US\$ 116.122 e US\$ 138.169, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021,

Notas Explicativas

respectivamente, com valores de referência de R\$600.000 e R\$ 800.000 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira, captadas nesta mesma data. O primeiro instrumento derivativo trocou o risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI+1,50 a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. O segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI+ 1.48%, com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) A Companhia contratou operação de swap de câmbio, no valor *nocional* de US\$ 38.684 em 25 de novembro de 2022 com valores de referência de R\$ 200.000 com o objetivo de pagamento da aquisição dos Complexos Cassino, Caetés e Ventos do Araripe. O instrumento trocou o risco de juros fixo de 5.31% + variação cambial por CDI + 1.60%, com vencimento em parcela única em novembro de 2024.

(iii) A Companhia contratou operação de swap de câmbio, no valor *nocional* de US\$ 36.315 e US\$ 75.000 em 17 de janeiro de 2023 com valores de referência, respectivamente, de R\$ 187.750 e R\$ 383.363 com o objetivo de reforço de caixa e liquidez. O instrumento trocou o risco de juros fixo de 5.29% + variação cambial por CDI + 1.65% e CDI + 1.60%, respectivamente, ambas com vencimento em parcela única em 17 de janeiro de 2025.

Contratos futuros de energia

A AES Comercializadora possui contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2024. O resultado real dos instrumentos financeiros de contratos futuros pode variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando as respectivas datas-bases e seus valores em determinado momento. As transações seguem políticas de risco aprovadas, que buscam controlar as exposições de crédito com contrapartes assim como volume em MWh transacionado.

Em 31 de março de 2023, o valor *nocional* era de R\$46.171, posição ativa de R\$104.682 e posição passiva de R\$87.618, sendo o ganho de marcação a mercado reconhecido no resultado no montante de R\$9.285.

Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxa variáveis são reconhecidas na demonstração dos resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado com ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo objeto do *hedge*, qualquer montante

Notas Explicativas

remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverão ser contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente.

30.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de março de 2023 é a seguinte:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	3	68	35.056	37.793	195.872
Investimentos de curto prazo	3	899.803	352.000	3.908.692	3.587.700
Contas a receber de clientes	4	—	—	347.996	335.767
Cauções e depósitos vinculados	7	380	—	630.809	615.021
Total da exposição		900.251	387.056	4.925.290	4.734.360

(a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Nota	Consolidado	
		31/03/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	11.846.527	10.895.030
Garantias de financiamento	7	(586.511)	(501.189)
Caixa e equivalentes de caixa	3	(37.793)	(195.872)
Investimentos de curto prazo	3	(3.908.692)	(3.587.700)
Dívida líquida		7.313.531	6.610.269
Patrimônio líquido		5.527.492	5.573.795
Índice de alavancagem financeira		132,31%	118,60%

Do endividamento financeiro total consolidado em 31 de março de 2023, 6,47% (8,05% em 31 de dezembro de 2022) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 4,44 anos (4,9 anos em 31 de dezembro de 2022).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 15.3.

(a.3) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Notas Explicativas

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de março de 2023	Total em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	293.744	—	—	—	—	293.744	259.324
Debêntures	284.760	754.965	3.836.360	3.795.607	3.631.671	12.303.363	11.537.437
Empréstimos e Financiamentos	177.967	502.039	4.012.041	913.761	1.110.817	6.716.625	5.667.391
Passivo de arrendamento	1.846	5.539	4.090	35.326	128.926	175.727	180.221
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	286	—	—	—	286	286
Obrigações de aquisições	36.664	136.690	74.931	—	—	248.285	246.091
Total	794.981	1.399.519	7.927.422	4.744.694	4.871.414	19.738.030	17.890.750

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de março de 2023.

Devido as projeções de juros, os montantes de 2022 foram recalculados e apresentados de forma atualizada.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de março de 2023, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de março de 2023 é:

	Notas	31/03/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	3	22.583	137.851
Investimentos de curto prazo	3	3.908.692	3.587.700
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(11.904.639)	(10.972.677)
Total da exposição líquida		(7.973.364)	(7.247.126)

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de março de 2023, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/03/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,63%	9,94%	13,25%	16,56%	19,88%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	22.583	1.497	2.245	2.992	3.740	4.490
Investimentos de curto prazo	CDI	3.908.692	259.146	388.524	517.902	647.279	777.048
Impacto no resultado			260.643	390.769	520.894	651.019	781.538
			Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 31/03/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,49%	3,73%	4,97%	6,21%	7,46%
Ressarcimento - ativo	IPCA	25.578	637	954	1.271	1.588	1.908
Ressarcimento - passivo	IPCA	(823.162)	(20.497)	(30.704)	(40.911)	(51.118)	(61.408)
Impacto no resultado			(19.860)	(29.750)	(39.640)	(49.530)	(59.500)
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 31/03/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,63%	9,94%	13,25%	16,56%	19,88%
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	CDI	(1.389.092)	(106.909)	(153.347)	(199.786)	(246.225)	(292.804)
Scotiabank 4131 - AES Operações	CDI	(1.299.339)	(108.730)	(152.439)	(196.148)	(239.857)	(283.698)
Scotiabank 4131 - AES Brasil 1º e 2º série	CDI	(590.497)	(49.224)	(69.082)	(88.941)	(108.799)	(128.717)
Scotiabank 4131 - AES Brasil 2ª série	CDI	(188.126)	(15.783)	(22.112)	(28.442)	(34.772)	(41.121)
Debêntures - 1ª Emissão (Companhia)	CDI	(1.075.730)	(97.703)	(134.129)	(170.554)	(206.980)	(243.516)
BNDES - Complexo Eólico Cajuína	CDI	(729.570)	(61.595)	(86.155)	(110.714)	(135.273)	(159.907)
1ª Emissão - Veleiros	CDI	(409.869)	(33.730)	(47.500)	(61.270)	(75.040)	(88.852)
10ª Emissão - AES Operações	CDI	(783.459)	(64.474)	(90.796)	(117.117)	(143.439)	(169.840)
Impacto no resultado			(538.148)	(755.560)	(972.972)	(1.190.385)	(1.408.455)
IPCA			2,49%	3,73%	4,97%	6,21%	7,46%
1ª Emissão - Cajuína AB1	IPCA	(1.024.622)	(99.758)	(113.361)	(126.965)	(140.568)	(154.282)
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	IPCA	(817.349)	(59.808)	(70.420)	(81.033)	(91.645)	(102.343)
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	IPCA	(447.131)	(42.204)	(48.124)	(54.045)	(59.965)	(65.933)
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	IPCA	(392.452)	(18.862)	(23.839)	(28.815)	(33.791)	(38.808)
1ª Emissão - Tucano Holding II	IPCA	(363.492)	(31.627)	(36.407)	(41.188)	(45.968)	(50.787)
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	IPCA	(228.099)	(16.691)	(19.652)	(22.614)	(25.576)	(28.561)
8ª Emissão - AES Operações	IPCA	(219.539)	(19.012)	(21.898)	(24.784)	(27.670)	(30.580)
5ª Emissão - AES Operações	IPCA	(126.972)	(11.672)	(13.350)	(15.027)	(16.705)	(18.396)
Complexo Eólico Araripe	IPCA	(108.006)	(12.918)	(14.381)	(15.844)	(17.307)	(18.781)
Complexo Eólico Caetés	IPCA	(104.995)	(12.149)	(13.566)	(14.983)	(16.400)	(17.829)
Outros	IPCA	(109.430)	(8.007)	(9.428)	(10.849)	(12.270)	(13.702)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(48.671)	(5.138)	(5.789)	(6.440)	(7.091)	(7.747)
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(26.843)	(2.762)	(3.120)	(3.478)	(3.837)	(4.198)
Impacto no resultado			(340.608)	(393.335)	(446.065)	(498.793)	(551.947)
TJLP			3,19%	4,79%	6,39%	7,98%	9,58%
BNDES - Complexo Eólico Araripe	TJLP	(490.960)	(26.807)	(34.835)	(42.842)	(50.842)	(58.870)
BNDES - Complexo Eólico Caetés	TJLP	(472.782)	(25.815)	(33.546)	(41.256)	(48.959)	(56.690)
BNDES - Complexo Ventus	TJLP	(177.238)	(9.787)	(12.687)	(15.579)	(18.469)	(21.369)
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	TJLP	(144.632)	(7.987)	(10.353)	(12.713)	(15.071)	(17.438)
BNDES - Complexo Eólico Cassino	TJLP	(135.744)	(7.384)	(9.603)	(11.816)	(14.028)	(16.247)
Impacto no resultado			(77.780)	(101.024)	(124.206)	(147.369)	(170.614)
Total da exposição líquida			(715.753)	(888.900)	(1.061.989)	(1.235.058)	(1.408.978)

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

A dívida dos complexos Salinas e Mandacaru junto ao BNB ("Banco do Nordeste") possui taxa prefixada, dessa forma, sem exposição ao risco de mercado.

Notas Explicativas

31 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa consolidado foram as seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022
Compensações de PIS e COFINS	261	1.870
Compensações de IRPJ e CSLL	—	8.200
Total	261	10.070

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	72.242	—	106.233	(57.862)
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	—	—	138.144	65.881
Total de pagamento de juros	72.242	—	244.377	8.019

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(1.000)	11.797
Total	(1.000)	11.797

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

Nota	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.298.543	147	1.298.690	10.895.030	286	10.895.316
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	578.142	—	578.142	1.015.132	—	1.015.132
Pagamentos de principal	(1.327)	—	(1.327)	(134.005)	—	(134.005)
Diferimento custos de transação	—	—	—	(2.678)	—	(2.678)
Pagamento de encargos financeiros (i)	(72.240)	—	(72.240)	(382.521)	—	(382.521)
Juros capitalizados	—	—	—	138.144	—	138.144
Pagamento de dividendos	—	(6)	(6)	—	(6)	(6)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida	47.987	—	47.987	276.451	—	276.451
Variação monetária	(3.696)	—	(3.696)	71.394	—	71.394
Variação cambial	—	—	—	(30.420)	—	(30.420)
Prescrição de dividendos	—	6	6	—	6	6
Saldos em 31 de março de 2023	1.847.409	147	1.847.556	11.846.527	286	11.846.813

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais
Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Brasil Energia S.A.
São Paulo - SP
Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de maio de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O-4-T-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2023.

São Paulo, 03 de maio de 2023.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores
Alessandro Gregori Filho

Diretor Vice-Presidente
Rogério Pereira Jorge

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2023.

São Paulo, 03 de maio de 2023.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores
Alessandro Gregori Filho

Diretor Vice-Presidente
Rogério Pereira Jorge